

Aula 05

*BNB (Analista Bancário) Conhecimentos
Gerais (Tópico 1) - 2023 (Pré-Edital)*

Autor:
Leandro Signori

07 de Março de 2023

Índice

1) Doenças Infecciosas no Brasil	3
2) Violência e Segurança Pública	8
3) Educação Brasileira	24
4) Questões Comentadas - Doenças Infecciosas no Brasil - Multibancas	34
5) Questões Comentadas - Violência e Segurança Pública - Multibancas	39
6) Questões Comentadas - Educação Brasileira - Multibancas	47
7) Lista de Questões - Doenças Infecciosas no Brasil - Multibancas	50
8) Lista de Questões - Violência e Segurança Pública - Multibancas	53
9) Lista de Questões - Educação Brasileira - Multibancas	57



DOENÇAS INFECCIOSAS NO BRASIL

O Brasil ainda convive com doenças infecciosas transmitidas por microrganismos patogênicos, como vírus, bactérias, fungos e parasitas. Essas doenças podem ser contagiosas, transmitidas diretamente de uma pessoa para outra (como a gripe, a tuberculose e a aids) ou transmitidas por vetores, como mosquitos (dengue e febre amarela, por exemplo).

Essas doenças transmissíveis são potencialmente perigosas de tornarem-se epidêmicas (quando um surto acontece em várias regiões) em um mundo com centros urbanos cada vez mais densamente povoados, como é o caso do nosso país.

Nos últimos anos, convivemos ora com a dengue, no outro ano é a Chikungunya, depois o Zika vírus, a febre amarela, o sarampo e o coronavírus.

Na atualidade, a **dengue** é o mais recente grande surto de uma doença infecciosa no Brasil.

Vejamos agora, um pouco mais de cada uma delas.

Dengue

A **dengue** é uma velha conhecida dos brasileiros. É uma doença cíclica no país, que, ao longo dos anos recentes, tem apresentado ondas de aumento e diminuição.

Em 2022, a doença voltou a registrar grande números de casos e óbitos no país, batendo o recorde histórico de mortes decorrentes da dengue. Dados do boletim epidemiológico do Ministério da Saúde divulgados em janeiro de 2023 mostram que, **em 2022, o Brasil registrou 1.016 mortes por dengue e 1.450.270 casos prováveis da doença**. Até então, o ano de 2015 tinha sido o mais mortal para a dengue no Brasil, com 986 óbitos.

Períodos chuvosos, principalmente no verão, aliados à diminuição da percepção de risco para a dengue, são apontados como os principais motivos que levaram à alta nos casos e mortes em 2022. Com a chuva, aumentam os riscos de água parada. É o cenário perfeito para que o *Aedes aegypti* se reproduza.

A dengue é uma infecção viral, transmitida pela picada do mosquito ***Aedes aegypti***. Os sintomas clássicos da doença são erupções na pele, dores musculares e de cabeça, comprometimento das vias respiratórias superiores, febre e inchaço dos gânglios linfáticos. Mas pode se manifestar também como febre hemorrágica, com sangramentos gastrointestinais, na pele, nas gengivas e pelo nariz. Se não for tratada adequadamente, a doença leva à morte em 20% dos casos.

Até recentemente, não havia disponível uma vacina contra a dengue disponível em larga escala no país, sendo as doses restritas aos laboratórios particulares. O imunizante, denominado de **Dengvaxia** e fabricado pelo laboratório francês Sanofi Pasteur, era aplicado em quem já teve a doença e apresenta anticorpos para diminuir os possíveis efeitos de reações.

Contudo, no dia 2 de março de 2023, a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) aprovou o registro de uma nova vacina contra a dengue, a **Qdenga** (TAK-003), do laboratório japonês Takeda Pharma. É o



primeiro imunizante liberado no Brasil para pessoas que nunca entraram em contato com o vírus da dengue, mas ele também poderá ser aplicado em quem também já teve a doença. Portanto, não há distinção entre quem teve ou não a dengue. A vacina poderá ser aplicada em ambos os casos.

Chikungunya

Também conhecida como febre chikungunya, devido à alta febre causada, é uma doença com sintomas semelhantes aos da dengue, associados a fortes dores nas articulações.

Sua aparição ocorreu como uma epidemia de forma mais preocupante em 2014 no Brasil. É transmitida pelo mesmo mosquito da dengue, o **Aedes aegypti**. No ano de 2019, registrou-se um pico nos casos: foram 132.205 casos, com 92 mortes.

Ensaio clínico para o desenvolvimento de uma vacina para a chikungunya estão em desenvolvimento e indicam que num futuro breve o imunizante estará concluído.

Zika vírus

O Zika vírus também é transmitido pelo mosquito **Aedes**. Ele está ligado à **microcefalia**, uma condição rara em que o bebê nasce com o crânio do tamanho menor do que o normal. Em 2019 foi quando ocorreu o maior pico recente nos casos de zika, com 10.708 ocorrências e 3 mortes.

A ocorrência de infecções pelo vírus da zika está associada à **síndrome de Guillain-Barré**. A síndrome afeta o sistema nervoso e pode provocar fraqueza muscular e **paralisia** dos membros.

Sarampo

O sarampo teve sua última grande epidemia no país em 1990. Após isso, uma grande campanha de vacinação na população praticamente erradicou a doença. Não existe tratamento específico para a doença. A única maneira de evitar o sarampo é por meio da vacinação, que ocorre em duas doses. Em 2016, o Brasil recebeu o certificado de erradicação do sarampo pela Organização Panamericana de Saúde (OPAS).

Contudo, a doença reapareceu no ano de 2018, na região Norte, trazida pelos venezuelanos que fugiam da crise no seu país. Outro surto ocorreu em 2019, desta vez sem relação com a migração dos venezuelanos. Foram 18.203 casos confirmados e 15 mortes, a maioria destes no estado de São Paulo. Os surtos de sarampo fizeram o Brasil perder a certificação dada pela OPAS. A principal causa para a volta do sarampo estava relacionada à **baixa cobertura vacinal**.

Febre Amarela

A febre amarela é uma doença causada por um arbovírus (vírus transmitido por artrópodes), que pode levar à morte em cerca de uma semana, se não for tratada rapidamente. A doença teve um grande surto no país em 2017, o maior surto desde que começaram os registros da doença, pelo Ministério da Saúde, em 1940. O estado mais atingido pelo surto foi Minas Gerais, seguido pelo Espírito Santo.

Visando conter o novo surto e atuar na prevenção, o Ministério da Saúde realizou, em 2018, uma campanha de vacinação em estados afetados pelo surto. A prevenção à febre amarela é feita com uma dose da vacina injetável, que deve ser aplicada dez dias antes de visitar locais de possível incidência da doença.



Poliomielite

A poliomielite, também chamada de pólio ou paralisia infantil, é uma doença contagiosa aguda causada por um vírus chamado **poliovírus**, que pode infectar crianças e adultos por meio do contato direto com fezes ou com secreções eliminadas pela boca das pessoas infectadas e provocar ou não paralisia. Nos casos graves, em que acontecem as paralisias musculares, os membros inferiores são os mais atingidos.

A pólio é facilmente evitada com a vacinação, que é aplicada em crianças num esquema de cinco doses. As três primeiras são feitas com o imunizante injetável e devem ser aplicadas aos dois, aos quatro e aos seis meses de vida. Depois, os dois reforços (geralmente feitos com as gotinhas) são dados entre os 15 e os 18 meses e aos 5 anos de idade. Para os totalmente vacinados, os riscos são insignificantes.

Durante o século 20, a poliomielite foi uma das doenças infantis mais temidas. No Brasil, o último caso foi observado em 1989. Nos últimos anos, porém, a cobertura vacinal tem deixado a desejar.

Segundo dados do Ministério da Saúde, a taxa de imunizados contra a pólio caiu consideravelmente de 2015 para cá. Naquele ano, 98,2% do público-alvo recebeu as doses. Em 2016, essa taxa caiu para 84,4% e se manteve nesse patamar até 2019. Em 2021, a imunização contra a doença foi de apenas 67,1%.

Devido à baixa taxa de vacinação, a Opas (Organização Pan-americana para a Saúde), braço nas Américas da OMS (Organização Mundial da Saúde), declarou em um relatório que o Brasil apresenta alto risco de volta da doença.

A queda nas coberturas vacinais e a possibilidade de volta de doenças erradicadas não é apenas um fenômeno brasileiro, mas que tem ocorrido em vários outros países do mundo. Em julho de 2022, nos Estados Unidos, foi detectado o primeiro caso de pólio em pelo menos 30 anos.

A globalização das doenças

Os fluxos migratórios e o aumento das locomoções intercontinentais, favorecido pela globalização e as mudanças ambientais são fatores que contribuem para que as doenças infecciosas espalhem-se cada vez mais rapidamente pelo mundo. Doenças infecciosas são aquelas transmitidas por microrganismos como vírus, bactérias, fungos ou parasitas. Essas doenças podem ser contagiosas – passadas de um ser humano para outro, como a gripe, a tuberculose e a aids – ou transmitidas por vetores, como o mosquito *aedes aegypti*.

Migrantes contaminados carregam consigo vírus de doenças infecciosas, nos seus deslocamentos pelo mundo. Na atualidade, há um número recorde de migrantes pelo mundo, seja de migrantes econômicos ou de refugiados.

Quanto ao aumento das locomoções intercontinentais, em 2015, mais de 3,5 bilhões de pessoas viajaram de avião, muitas delas trazendo em seu corpo doenças infecciosas. Dessa forma, os vírus podem dar a volta ao mundo em questão de horas e se disseminar com uma velocidade impressionante sem serem inicialmente detectados. Em alguns casos, a simples viagem de uma pessoa infectada a outro país é suficiente para iniciar um ciclo que pode dar origem a uma pandemia mundial.



Os grandes navios, que abastecem o intenso comércio internacional, também levam microrganismos patogênicos (transmissores de doenças) no casco, nos tanques de água de lastro, na própria carga transportada ou tripulação. Por tudo isso, as autoridades médicas consideram inevitável o surgimento de novas pandemias.

As doenças infecciosas são muito comuns em regiões tropicais e equatoriais, nas quais o clima úmido e quente favorece a proliferação de vetores. O frio é uma barreira natural para a disseminação de muitas doenças. Ao elevar a temperatura média de determinadas regiões do planeta, o aquecimento global poderá propiciar o espalhamento de doenças como a malária e a dengue para áreas que antes estavam "protegidas" dessas epidemias pelo frio e outras condições climáticas.



Doenças infecciosas no Brasil

O Brasil ainda convive com doenças infecciosas transmitidas por microrganismos patogênicos, como vírus, bactérias, fungos e parasitas. Essas doenças podem ser contagiosas, transmitidas diretamente de uma pessoa para outra (como a gripe, a tuberculose e a aids) ou transmitidas por vetores, como mosquitos (dengue e febre amarela, por exemplo).

Essas doenças transmissíveis são potencialmente perigosas de tornarem-se epidêmicas (quando um surto acontece em várias regiões) em um mundo com centros urbanos cada vez mais densamente povoados, como é o caso do nosso país.

Nos últimos anos, convivemos ora com a dengue, no outro ano é a Chikungunya, depois o Zika vírus, a febre amarela, o sarampo e o coronavírus.

Na atualidade, a **dengue** é o mais recente grande surto de uma doença infecciosa no Brasil.

Dengue - É uma doença cíclica no país, que, ao longo dos anos recentes, tem apresentado ondas de aumento e diminuição. Em 2022, a doença voltou a registrar grande números de casos e óbitos no país, com o maior número de mortes e infecções da história recente.

A dengue é uma infecção viral, transmitida pela picada do mosquito *Aedes aegypti*. O aumento sazonal nos casos de dengue geralmente está relacionado aos altos volumes de chuvas e altas temperaturas, que contribuem para a reprodução do mosquito. O mosquito se reproduz através da água parada, onde ele deposita suas larvas.

Chikungunya - É transmitida pelo mesmo mosquito da dengue, o *Aedes aegypti*. No ano de 2019, registrou-se um pico nos casos: foram 132.205 casos, com 92 mortes.

Zika vírus - O Zika vírus também é transmitido pelo mosquito *Aedes aegypti*. Ele está ligado à microcefalia, uma condição rara em que o bebê nasce com o crânio do tamanho menor do que o normal. Em 2019 foi quando ocorreu o maior pico recente nos casos de zika, com 10.708 ocorrências e 3 mortes.



Sarampo - A doença reapareceu no ano de 2018, na região Norte, trazida pelos venezuelanos que fugiam da crise no seu país. Outro surto ocorreu em 2019, desta vez sem estar relacionados aos venezuelanos. Foram 18.203 casos confirmados e 15 mortes, a maioria destes no estado de São Paulo.

Febre amarela - A doença teve um grande surto no país em 2017, o maior surto desde que começaram os registros da doença, pelo Ministério da Saúde, em 1940. O estado mais atingido pelo surto foi Minas Gerais, seguido pelo Espírito Santo.



VIOLÊNCIA E SEGURANÇA PÚBLICA

O Brasil é considerado um país onde a violência é muito alta, posicionando-se entre os países do mundo com maiores taxas de assassinatos absolutos e maiores taxas de homicídios por 100 mil habitantes. Para analisar a situação da violência e segurança pública nacional, o principal fornecedor de dados, estatísticas e análises é o **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Esse documento é publicado anualmente e traz dados relativos ao ano anterior.

De acordo com o 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado em 2023, o Brasil registrou **47.398 assassinatos em 2022**, o que representou uma redução de 2,4% em relação a 2021. Os dados consideram os homicídios dolosos, os latrocínios, as lesões corporais seguidas de mortes e as mortes decorrentes de intervenção policial. **A taxa de homicídios para 100 mil habitantes foi de 23,4 em 2022**. Ambos dados podem aparecer também com o nome de **mortes violentas intencionais (MVI)**.



Homicídios em 2022: 47.398
Homicídios por 100 mil habitantes em 2022: 23,4

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), **qualquer taxa acima de dez homicídios por 100 mil habitantes ao ano já é considerada uma situação de violência epidêmica** e, portanto, inaceitável. Ou seja, vive-se em uma epidemia de violência no Brasil.

Taxas por 100 mil habitantes são melhores para comparações entre locais porque normalizam os dados, levando em conta a população de cada local. Isso permite avaliar o impacto proporcional de um evento ou fenômeno, independentemente do tamanho da população, tornando as comparações mais justas e significativas. Por isso, quando fazemos comparações entre estados ou países, utilizamos esse indicador.

Em 2022, entre os estados brasileiros, as maiores taxas foram no **Amapá (50,6), Bahia (47,1) e Amazonas (38,8)**. Já as menores taxas foram em **São Paulo (8,4), Santa Catarina (9,1) e Distrito Federal (11,3)**.

MAIORES TAXAS

AP	50,6
BA	47,1
AM	38,8

MENORES TAXAS

SP	8,4
SC	9,1
DF	11,3

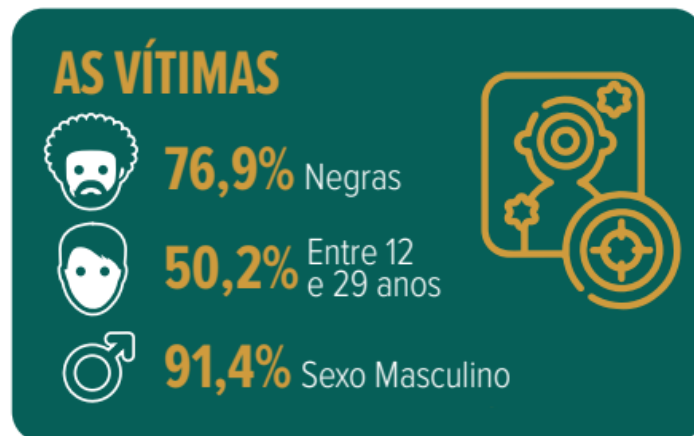


Fonte: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023.
Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>



Apesar de apresentar dois estados entre as maiores taxas de assassinatos, a região Norte apresentou redução de 2,7% no indicador. Ela fica atrás do Nordeste, que viu as mortes violentas caírem 4,5% em um ano. O Sudeste teve queda de 2%, com São Paulo mantendo a menor taxa do país. Sul e Centro-Oeste tiveram, respectivamente, aumentos de 3,4% e 0,8% nas mortes.

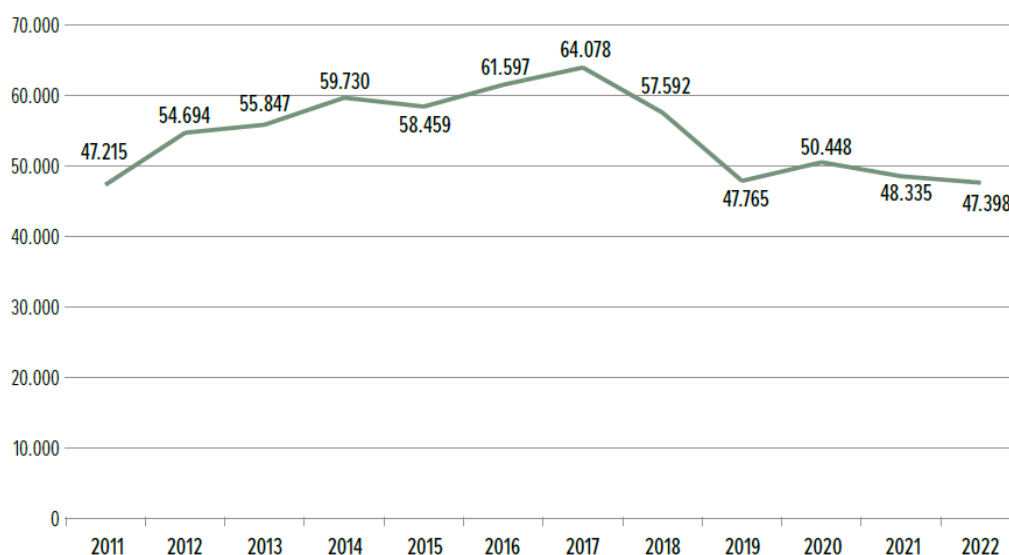
Quanto ao perfil das vítimas, verifica-se que a maior parte é negra, do sexo masculino e jovem (situados na faixa etária de 12 a 29 anos).



Fonte: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023.
Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>

Apesar de ainda ser um número altíssimo para os padrões internacionais, as **mortes violentas no Brasil atingiram seu menor número em 12 anos**. Veja no gráfico abaixo:

Mortes Violentas Intencionais
Brasil, 2011 a 2022



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Observação: Esta versão foi modificada em 04/08/2023 a partir da retificação dos dados de Mortes Violentas Intencionais no Estado do Rio Grande do Sul.



A análise do gráfico mostra que o pico de violência letal se deu em 2017, quando o país registrou 30,9 mortes violentas intencionais para cada 100 mil habitantes. A partir de 2018 iniciou-se uma tendência de queda nos índices de mortes.

O que explica a queda das MVIs nos últimos anos?

O Anuário destaca como fatores para a redução das mortes violentas intencionais **1) as mudanças demográficas; 2) as políticas locais (estaduais) de prevenção à violência e 3) as ações do crime organizado.**

Nas últimas décadas, o Brasil passou por um envelhecimento populacional, com redução do número de jovens, normalmente mais envolvidos com a violência letal. O Norte seria uma exceção, pois nessa região a parcela jovem da população segue crescendo.

Os programas locais de redução de homicídios, pautados na focalização de ações nos territórios, também ajudaram a diminuir a violência. É o caso, por exemplo, do Pacto Pela Vida, em Pernambuco; o Fica Vivo!, em Minas Gerais; o Estado Presente, no Espírito Santo; o RS Mais Seguro, no Rio Grande do Sul; as UPPs, no Rio de Janeiro; e o Ceará Pacífico, no Ceará. São exemplos de projetos que buscaram integrar ações policiais e medidas de caráter preventivo.

Além disso, houve investimentos significativos na modernização da gestão das polícias e a adoção de novas tecnologias e sistemas de inteligência. Na atualidade, as polícias brasileiras são muito mais preparadas do que no início dos anos 2000.

Por fim, os violentos conflitos entre as principais facções criminosas do país, especialmente o PCC e o Comando Vermelho, arrefeceram após seu ápice em 2017. Em alguns territórios, porém, como o Amazonas, onde as mortes violentas intencionais cresceram, as guerras entre os grupos criminosos se acirraram. Não fosse a manutenção do conflito na Amazônia, a queda nacional das mortes violentas poderia ter sido maior.

A questão racial

Outro dado que vem sendo objeto de análise ao longo dos anos é o **aumento da taxa de homicídios de negros e a queda da taxa de homicídios entre não negros.** Conforme o Atlas da Violência 2020, entre 2008 e 2018, a taxa de homicídios entre os negros (pretos e pardos), cresceu 11,5%, enquanto a taxa para não negros (inclui brancos, amarelos e índios) teve uma redução de 12,9%.

Esse padrão de homicídios se repete entre os homens e as mulheres. Ou seja, a taxa de homicídios de mulheres negras é bem maior do que a taxa de homicídios de mulheres não negras.

Conforme o IBGE, os negros correspondem a 53% da população brasileira (PNAD/2015). Porém, como vimos, mais de 70% dos homicídios no Brasil são de negros, taxa que cresceu ao longo dos últimos anos, enquanto a taxa de homicídios de não negros teve redução. Esses dados fazem com que pesquisadores e entidades de direitos humanos afirmem que há um componente de exclusão na questão da violência no Brasil. Para eles, os negros são historicamente discriminados, o que faz com que estejam mais vulneráveis a serem vítimas da violência e caírem na criminalidade.



Os custos da violência

Segundo o economista Daniel Cerqueira, do IPEA, o Brasil perde algo em torno de 6% do PIB a cada ano em face do crime e da violência letal. São custos que estão relacionados às despesas de manutenção do aparato de segurança pública, do sistema prisional e de cumprimento de medidas socioeducativas, em serviços de segurança particular e privada, em seguros contra furtos e roubos e no sistema de saúde, com o atendimento de vítimas da violência.

A violência afeta também as atividades econômicas, a exemplo de atividades comerciais suspensas ou seriamente prejudicadas pela redução do consumo e pela diminuição da venda de produtos de maior valor, devido ao medo dos consumidores de serem roubados. Outro setor que sofre as consequências dos elevados índices de violência é o turismo. Algumas cidades brasileiras deixam de arrecadar milhões em função da criminalidade.

Sem dúvida, para além dos custos econômicos, a maior de todas as perdas é a de vidas humanas. Mas, mesmo nesse aspecto, há um custo econômico, uma vez que o Estado e as famílias investiram recursos nessas vidas em saúde, educação, lazer, alimentação etc.

Como a maior parte das vítimas de homicídios é de pessoas jovens, há, ainda, uma grandiosa perda futura de geração de riqueza para o Estado e a sociedade. São pessoas que poderiam viver por muitas décadas, produzindo, consumindo e pagando impostos que reverteriam em benefício da sociedade.

Causas da violência

De acordo com vários estudos e publicações, podemos sintetizar como causas da violência e da criminalidade:

- **Urbanização acelerada e inchaço das periferias:** Até a metade da década de 1950, o Brasil era um país majoritariamente rural. A partir dessa data passou por um processo de urbanização acelerada, que teve como causas um rápido processo de industrialização e o êxodo rural.

A mecanização do campo liberou grandes contingentes de trabalhadores das suas atividades rurais. Esse fator, somado à histórica concentração de terras, às péssimas condições de vida no meio rural e a maior oferta de emprego nas cidades, levou milhões de trabalhadores a se deslocarem do campo para a cidade em um período de poucas décadas.

As cidades não tiveram tempo, nem condições, de se adaptarem, o que ocasionou o surgimento de grandes problemas urbanos. Os migrantes do campo foram residir na periferia e na periferia da periferia das cidades. Nesses lugares faltava quase tudo, infraestrutura, saneamento, áreas verdes e de lazer, saúde, educação, transporte de qualidade e moradia. Soma-se a isso tudo a carência de emprego e temos um ambiente propício para a explosão da violência e da criminalidade.

- **Deficiência do Estado (poder público) no provimento de direitos:** A população de menor renda é a que mais necessita de serviços públicos de qualidade, como forma de garantia de direitos constitucionais sociais, individuais e coletivos. O atendimento efetivo a esses direitos possibilitaria uma educação pública de qualidade, saúde de qualidade, lazer, segurança, moradia etc. proporcionando um melhor desenvolvimento socioeconômico e reduzindo, dessa forma, a vulnerabilidade de pessoas de caírem na criminalidade ou de serem vitimadas por ela.



- **Exclusão social e desigualdade social:** As altas aspirações de consumo de bens e serviços (de tênis de grife a eletrônicos, por exemplo) somam-se à frustração com base na relativa falta de mobilidade social (avanço em qualidade de vida econômica e social), gerando assaltos, roubos e furtos.

- **Ação dos traficantes de drogas ilícitas:** O narcotráfico contribui significativamente para o aumento da violência e da sensação de insegurança nas cidades brasileiras.

Propostas de soluções para a redução da violência e da criminalidade

Várias são as propostas nesse campo. No entanto, estudiosos do tema, instituições acadêmicas, governamentais e da sociedade afirmam amplamente que o caminho mais efetivo para a redução da violência é o **investimento em políticas públicas preventivas de cidadania e de segurança pública**. É o investimento em educação universal de qualidade, em saúde, em moradia, em geração de trabalho e renda, em lazer, em cultura, em transporte de qualidade, em infraestrutura urbana, entre outras.

Outras propostas são: a **redução das desigualdades sociais** e a **disseminação de uma cultura de paz**, por meio do diálogo, da solidariedade, da tolerância e do respeito às diferenças.

No campo das proposições ainda temos a **reforma do sistema policial e prisional brasileiro**, uma **melhor estrutura, aparelhamento, treinamento e remuneração dos policiais**, a **diminuição da impunidade** (a alta impunidade é um estímulo para as práticas criminosas), a **melhoria substancial da atividade de inteligência policial**, um **maior controle de fronteiras** (por onde entram armas, drogas, contrabando, etc.) e uma **maior coordenação dos entes federados na área da segurança pública**.

Como o tráfico de drogas é um fator significativo na geração de violência no Brasil e considerando que a política de “guerra às drogas” não diminuiu o consumo e a crescente violência associada a ela, alguns segmentos defendem a **liberação do consumo de drogas**. Esses segmentos argumentam que isso enfraqueceria o poder econômico do tráfico de drogas, diminuiria a violência e liberaria mais recursos para a aplicação em outras áreas da segurança pública e da cidadania.

Violência policial e morte de policiais

A letalidade da polícia brasileira é alvo constante de críticas de entidades de defesa de direitos humanos. Segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, **6.430 pessoas morreram vítimas de policiais em 2022, o que corresponde a 17 pessoas por dia**.

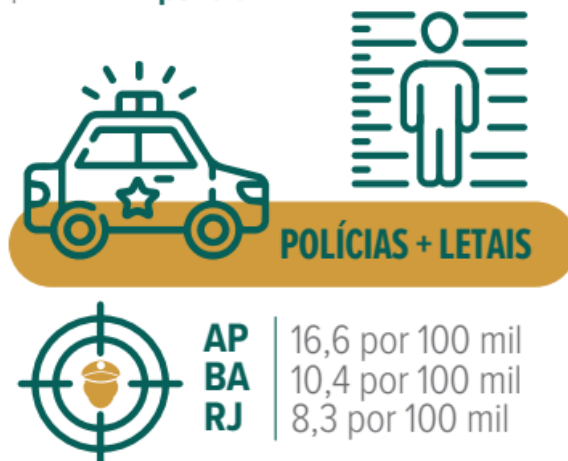
Esses números **são considerados altíssimos nas comparações internacionais**, evidenciando o uso abusivo da força letal como resposta pública ao crime e à violência. Para efeito de comparação, a média da polícia norte-americana é de pouco mais de 1 pessoa morta por dia.

Entre os estados, **Bahia e Rio de Janeiro** juntos representam 43% de todas as mortes provocadas pelas polícias no Brasil (1.330 mortes).



LETALIDADE POLICIAL

6.429 mortos em intervenções
policiais **17 por dia**



Fonte: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023.
Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>



O estado de **São Paulo** tem se destacado ao longo dos anos recentes pela elevada redução nas vítimas de letalidade policial. De 2020 a 2022, os policiais paulistas reduziram a letalidade pela metade: de 814 mortes registradas para 419 em 2022.

Para Samira Bueno, diretora-executiva do Fórum Brasileiro da Segurança Pública, esse fato pode ser atribuído em grande medida às mudanças institucionais pelas quais vem passando a Polícia Militar desde meados de 2020, que culminaram com a adoção de câmeras corporais nas fardas dos policiais.

Se, por um lado, o grau de letalidade da polícia brasileira é alto, por outro, os policiais também são vítimas desse mesmo sistema. Morrem muitos policiais no Brasil vitimados por assassinatos, em serviço, e fora de serviço. Na verdade, **morrem mais policiais fora de serviço do que em serviço**.

Em 2022, foram 161 policiais assassinados. Em países desenvolvidos, dificilmente mais do que uma dezena de policiais perdem a vida por ano em decorrência de sua profissão.





VITIMIZAÇÃO POLICIAL

161 policiais assassinados
7 em cada **10** morrem
na folga

Fonte: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023.
Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>

Em serviço, as mortes de policiais ocorrem quando são vítimas de crime, tendo ou não reagido, ou ao intervir em uma ocorrência em andamento, sem apoio ou aparato de proteção. Fora de serviço, não obstante estarem armados, se encontram sozinhos e distraídos.

Devido à baixa remuneração, muitos policiais prestam serviço por conta própria, fazendo “bicos” para aumentar a renda. Essa é uma das situações em que muitos deles perdem a vida, quando estão sem o apoio de colegas.

Violência contra a mulher

Na análise da violência contra as mulheres, o cenário brasileiro é um dos piores do mundo. Segundo dados da ONU, de 2015, o Brasil ocupa a 5ª posição no ranking mundial de proporção de assassinatos de mulheres.

Quando entramos nesse tema, devemos possuir bem definido o conceito de **feminicídio**, que tem ganhado bastante destaque na atualidade e aparecido em provas. O feminicídio é o homicídio praticado contra vítima mulher por motivações baseadas em violência doméstica e/ou intrafamiliar, ou em caso de menosprezo ou discriminação pela condição de mulher. Cabe destacar **que nem todos os assassinatos de mulheres são feminicídios**.



A Lei nº 13.104/2015, também conhecida como Lei do Feminicídio, o classifica como um crime hediondo. Os condenados por esse tipo de crime merecem a pena máxima de reclusão (40 anos), não têm direito a indulto (perdão) ou anistia, e nem a responder a processo em liberdade mediante o pagamento de fiança.

De acordo com o 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, foram registrados **1.437 feminicídios em 2022**, o que representa um aumento de 6,1% em relação a 2021. Sobre o perfil das vítimas desse crime,



constata-se que são predominantemente negras e possuem de 18 a 44 anos. A maior parte das vítimas foi morta pelo próprio parceiro íntimo, ex-parceiro ou por familiar.



Fonte: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>

De acordo com Matias (2016), “os assassinatos de mulheres têm duas características que o distinguem dos homicídios masculinos: os meios utilizados e o local onde acontecem. O uso de força física e de objetos cortantes e penetrantes indica motivos passionais. E o fato de boa parte dos crimes ocorrerem na residência mostra o caráter doméstico desses homicídios”.

Pereira, Bueno, Bohnenberger e Sobral, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, destacam que diversos estudos apontam a relação próxima com o algoz como característica marcante da violência de gênero. Este aspecto relaciona-se com a amplitude característica da violência contra a mulher, que incide nas relações íntimas conjugais através da dependência patrimonial e violência psicológica, por exemplo.

São traços desafiadores das políticas de prevenção e proteção, pois ocorrem no seio de relações das quais se espera segurança e confiança, e que comumente estão investidas de tabus por dizerem respeito à esfera doméstica e familiar. Não à toa, muitos dos casos de feminicídios registrados nos últimos anos e registrados pela imprensa tratavam de mulheres que buscavam a separação do agressor.

Segundo as Diretrizes Nacionais para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres, são condições estruturais das mortes violentas de mulheres por razões de gênero: o sentimento de posse, o controle sobre o corpo e autonomia da mulher, a limitação da emancipação profissional, econômica, social e intelectual da mulher, seu tratamento como objeto sexual e a manifestação de desprezo e ódio pela mulher.

Violência sexual

A violência sexual pode ser definida como qualquer ato sexual ou tentativa de obter ato sexual, sem o consentimento da vítima. A violência pode ser exercida com uso da força ou ameaça, mas também com chantagem, suborno ou manipulação.

O estupro é uma modalidade da violência sexual e um dos mais brutais atos de violência, humilhação e controle sobre o corpo de outro indivíduo, em sua maioria mulheres. O trauma vivenciado pelas vítimas deixa muitas sequelas na vida e na saúde dos atingidos, resultando em sérios efeitos nas esferas física e/ou mental, no curto e longo prazo.

Em 2022, segundo dados do 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, **o Brasil registrou o maior número da história de casos de estupros: foram 74.930 vítimas**, um crescimento de 8,2% na comparação com 2021. Segundo o Anuário, são cerca de 36,9 casos de estupro a cada grupo de 100 mil habitantes. O levantamento considera casos de ocorrências que foram informados às autoridades policiais. Como nem todos são registrados, pode haver subnotificação.

A maior parte dos casos são estupros de vulnerável: 61,4% das vítimas que tiveram ocorrência registrada tinham no máximo 13 anos. Segundo o Código Penal, estupro de vulnerável é aquele realizado contra menores de 14 anos ou pessoas com doenças ou deficiência mental que não têm discernimento para a prática do ato e que não podem oferecer resistência.

De acordo com os registros de estupro e estupro de vulnerável do ano de 2022, 88,7% das vítimas eram do sexo feminino, o que evidencia a desigualdade de gênero como uma das raízes da violência sexual. Também é maior a proporção de vítimas negras sobre as demais.

Diferentemente do previsto no imaginário social da população, a violência sexual no Brasil é, na maioria das vezes, um crime perpetrado por algum conhecido da vítima, parente, colega ou mesmo o parceiro íntimo. **Grande parte dos casos registrados são de autoria de um conhecido, considerando os registros em que esta informação estava disponível.** O fato de o autor ser conhecido da vítima dá uma camada a mais de violência e de complexidade ao crime cometido: a denúncia se torna um desafio ainda maior para as vítimas. Além disso, a maior parcela também é realizada na residência da vítima.

O infográfico a seguir apresenta esses dados:



MAIOR NÚMERO DE ESTUPROS DA HISTÓRIA



QUEM SÃO AS VÍTIMAS

♀ **88,7%** sexo feminino
♂ **11,3%** sexo masculino

56,8% negras
42,3% brancas

0,5% indígenas
0,4% amarelas

ONDE OCORREM



PRINCIPAIS VÍTIMAS SÃO CRIANÇAS

61,4% tem
entre **0 e 13 anos** de idade

10,4% tem menos de **4 anos**

AGRESSORES CONHECIDOS



Fonte: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023.
Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>

Cultura do estupro

O termo “cultura do estupro” expressa o modo como a sociedade naturaliza o comportamento sexual violento dos homens e culpa as vítimas de assédio. Culturalmente culpa-se a vítima da violência por ter usado uma roupa curta, por não ter reagido ou simplesmente por ser atraente demais. Pesquisa produzida pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 2016 mostrou que 43% dos brasileiros do sexo masculino com 16 anos ou mais acreditavam que “mulheres que não se dão ao respeito são estupradas”. Esse pensamento arraigado estimula a impunidade de estupradores, como também inibe que mulheres denunciem as violências sofridas. Por outro lado, muitas mulheres ainda não têm consciência do ato que sofreram, vivenciando a agressão como algo natural.

Machismo e sociedade patriarcal

Uma das raízes da tolerância a violência contra a mulher está no **ordenamento patriarcal da sociedade** – a organização da família em torno da figura do homem e da autoridade masculina. O homem é considerado o chefe da família e à esposa cabe “se dar ao respeito” e se comportar segundo o papel que foi determinado a ela – o de dona de casa, esposa e mãe. Para validar essa autoridade e corrigir comportamentos femininos que transgridem o esperado, o uso da violência – física ou psicológica – é uma possibilidade sempre sugerida ou exercida por esse chefe patriarcal. Essa visão da superioridade do homem sobre a mulher, por sua vez, constitui a ideia central do pensamento machista, persistente em nossa sociedade.

A **impunidade** é outro fator que explica a persistência da violência de gênero no Brasil. De acordo com o Mapa da Violência 2015 – Homicídios de Mulheres no Brasil, o índice de elucidação dos crimes de homicídio seria apenas de 5% a 8%.



Enfrentamento da violência contra a mulher

O estudo Raio X do Feminicídio preconiza ser possível evitar a morte se a mulher romper o silêncio e se o Estado intervier a tempo. Segundo esse estudo, no estado de São Paulo, entre as mulheres que foram atacadas, apenas 3% tinham medidas protetivas e das 124 mulheres que foram mortas, só cinco haviam registrado boletim de ocorrência. Dessa forma, percebe-se que, quando a vítima e o Estado agem, é possível evitar a morte.

Assim, é fundamental que haja o **encorajamento para que aquelas que já tenham sido vítimas de violência ou estejam na iminência de sê-lo denunciem o agressor**, de modo que o Estado possa tomar medidas destinadas a evitar que a violência e as ameaças, permanentes ou eventuais, redundem em morte. Isso pode acontecer por meio das Defensorias Públicas (algumas possuem núcleos próprios para isso), os Ministérios Públicos estaduais, as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, os Disque-Denúncia e até mesmo pela polícia militar.

Por seu lado, o Estado pode auxiliar utilizando-se das **medidas protetivas no âmbito da Lei Maria da Penha**, que incluem, por exemplo, o afastamento do agressor do lar ou local de convivência com a vítima, a fixação de limite mínimo de distância de que o agressor fica proibido de ultrapassar em relação à vítima, etc.

Outra ação é a **manutenção, a ampliação e o aprimoramento das redes de apoio à mulher**, previstos na Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), notadamente, provendo abrigo em situação de violência, propiciando segurança, alimentação e repouso para as mulheres e seus filhos, bem como assistência jurídica e psicológica. Por vezes, a mulher não tem para onde ir e, nessa hora, ter um acolhimento é muito importante. Em outros casos, as mulheres não estão preparadas naquele momento para registrar um boletim de ocorrência. Então a existência da rede como um todo é fundamental para que ela seja acolhida e orientada, se fortaleça e, principalmente, não fique só.

Assim, é fundamental que a mulher conte com esse suporte do Estado, especialmente no momento do rompimento do relacionamento, principal motivo de morte de mulheres no contexto do feminicídio.

Um aspecto fundamental para o combate desse problema é o **combate à impunidade**, pois quando o Estado não responsabiliza os autores de atos de violência e a sociedade tolera, expressa ou tacitamente, tal violência, a impunidade não só estimula novos abusos, como também transmite a mensagem de que a violência masculina contra a mulher é aceitável, ou normal.

Sistema prisional brasileiro

O sistema carcerário brasileiro enfrenta, há muito tempo, uma grave crise estrutural, social e econômica. Embora seja um problema reconhecido e reiteradamente noticiado pela mídia, segmentos relevantes da sociedade brasileira e dos governos não dão a devida importância que a problemática deveria merecer.

O Brasil possui uma das maiores populações carcerárias do mundo. Conforme o 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em 2022, o Brasil possuía **832.295 pessoas encarceradas, a maior população carcerária de sua história**.



O número de presos cresceu significativamente ao longo de mais de duas décadas, aumentando em 257% de 2000 a 2020. Em 2020, havia 232.755 pessoas encarceradas.

Ainda que apresente uma enorme população carcerária, o Brasil ainda possui um grande **déficit de vagas** nos presídios. Segundo o 17º Anuário, há um déficit de 230.578 vagas nos presídios brasileiros. Ou seja, **os presídios estão superlotados**, há mais pessoas presas do que número de vagas.

RAIO-X DO SISTEMA PRISIONAL



832.295
pessoas encarceradas
Déficit de
230.578 vagas

Fonte: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023.
Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>

Em relação ao perfil, verifica-se que **a maior parte dos presos no Brasil são negros, do sexo masculino e possuem entre 18 a 34 anos**. Embora o 17º Anuário não traga esses dados, outras fontes estatísticas apontam ainda que grande parcela dos encarcerados apresenta baixa escolaridade e baixa renda.

PERFIL DA PESSOA PRIVADA DE LIBERDADE



68,2%
negros



62,6%
18 a 34
anos



95% do
sexo
masculino

Fonte: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023.
Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>

A Unidade da Federação que possui o maior número de presos é **São Paulo**.

A seguir, destaco mais algumas características gerais do sistema prisional brasileiro:

Educação, trabalho e saúde

O sistema prisional tem uma dupla função: punir e ressocializar. A punição se dá pela privação de liberdade, em função do crime cometido pelo preso. Mas, o castigo da prisão, também, é uma forma de o preso compreender que o crime não compensa e que ao final de sua pena se reintegre a sociedade.

A legislação brasileira garante a educação e trabalho para presos, visando à ressocialização. No entanto, é baixo o percentual dos que participam de atividades educacionais e de trabalho. A saúde dos detentos



também é precária, devido às más condições nos presídios. Muitos são acometidos de graves enfermidades ou vêm a falecer devido às condições insalubres de presídios e do acesso inadequado à saúde.

Segurança e pessoal

De modo geral, os sistemas de segurança nos presídios são falhos. Armas, drogas e telefones celulares entram com frequência no interior dos presídios. O número de policiais penais é insuficiente para exercer o controle interno das prisões.

O excesso de prisões provisórias

Segundo o Ministério da Justiça, cerca de 35% dos detentos são presos em situação provisória (sem julgamento). É um número considerado elevado, acima da média de vários países do mundo. O alto percentual indica a falta de acesso adequado à justiça no Brasil. Muitos poderiam responder ao processo em liberdade, mas não têm recursos para advogados.

Posse ou tráfico de drogas

Quase um terço dos presos cometeram crimes por tráfico ou posse de drogas, e esse número apresentou elevado crescimento nos anos recentes. Em 2006, o país tinha 47 mil presos por tráfico de entorpecentes. Em 2017, a cifra chegou a 157 mil, ou seja, cresceu mais de 300% em onze anos.

De acordo com estudiosos do tema, um dos motivos para esse aumento pode ser encontrado na chamada nova Lei de Drogas, de 2006, que trouxe a distinção entre usuário e traficante. A partir dessa lei, muitas pessoas têm sido presas com pequena quantidade de drogas, baseadas apenas no relato do policial e sem contar com advogado no momento da prisão, situação bastante desfavorável ao acusado. Jovens de baixa escolaridade e socialmente vulneráveis são os mais aprisionados dessa forma.

“Escolas do crime”

Uma das consequências da superlotação carcerária é colocar réus primários convivendo com condenados e detentos de alta periculosidade e também em contato com facções criminosas. A separação entre presos provisórios e condenados (e entre estes a divisão por gravidade do crime) está prevista na Lei de Execução Penal e em tratados de direito internacionais. No entanto, tal orientação não é cumprida em quase todas as prisões brasileiras. Especialistas apontam que o risco é criar as chamadas “escolas do crime”.

As condições precárias e desumanas das cadeias brasileiras, a ausência de policiais penais qualificados e de uma política efetiva de ressocialização criam um ambiente fértil para o surgimento das facções criminosas – grupos de presidiários que agem dentro das prisões e arregimentam novos detentos, oferecendo vantagens, mas impondo suas regras e controlando o cotidiano desses espaços.

Como o Estado falha em prover aos presos proteção e condições minimamente dignas de sobrevivência, as facções entram em ação para oferecer segurança para sobreviver no presídio, coibindo a violência entre os presos e até abusos de policiais penais. Em troca, uma vez reinseridos à liberdade, esses ex-detentos devem continuar prestando serviços à organização criminosa, ou seja, cometendo crimes, para levar dinheiro à facção. Ex-detentos, já em liberdade, e outros criminosos articulam-se no crime organizado, principalmente no tráfico de drogas.



Soluções para a crise do sistema prisional

A solução para a crise penitenciária está relacionada à **redução da violência e da criminalidade no Brasil**. Uma sociedade menos violenta e a diminuição dos crimes contribuiria para a redução do número de presos. Outras propostas apresentadas pelos estudiosos do tema para enfrentar a superlotação do sistema prisional são:

Maior adoção de penas alternativas ao encarceramento, nos termos da legislação brasileira, como a prestação pecuniária e a prestação de serviços à comunidade. O aumento da aplicação teria o efeito de evitar que muitos criminosos de baixa periculosidade entrassem em contato com facções criminosas nos presídios.

O fornecimento do **acesso adequado à justiça** contribuiria para agilizar a situação dos presos provisórios, diminuindo o seu número. Muitos poderiam, nos termos da lei, responderem ao processo em liberdade ou terem a sua prisão extinta.

A **promoção de ajustes na Lei de Drogas** (principal fator que contribuiu para aumentar o volume de prisões) com uma definição clara entre usuário e traficante. Outros vão além e defendem a descriminalização das drogas como uma solução para reduzir a superlotação do sistema. "Simplesmente descriminalizando o uso e o consumo você tira 30% das pessoas das cadeias do país", afirma o assessor jurídico da Pastoral Carcerária, Paulo Cesar Malvezzi Filho.

Nesse quesito, é fundamental um sistema que, de fato, **ressocialize o preso**, com políticas humanizadoras e que possibilite a reinserção do ex-detento à vida em sociedade. Uma medida nesse sentido seria o **aumento das opções de trabalho e estudo nos presídios**, de modo a possibilitar ao preso uma perspectiva de futuro fora da criminalidade.



Violência e segurança pública

O Brasil é considerado um país onde a violência é muito alta, posicionando-se entre os países do mundo com maiores taxas de assassinatos absolutos e maiores taxas de homicídios por 100 mil habitantes. Para analisar a situação da violência e segurança pública nacional, o principal fornecedor de dados, estatísticas e análises é o **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**.

- **Homicídios em 2022:** 47.398
- **Homicídios por 100 mil habitantes em 2022:** 23,4

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), **qualquer taxa acima de dez homicídios por 100 mil habitantes ao ano já é considerada uma situação de violência epidêmica** e, portanto, inaceitável. Ou seja, vive-se em uma epidemia de violência no Brasil.



- Estados com maiores taxas de homicídios por 100 mil habitantes: **Amapá (50,6), Bahia (47,1) e Amazonas (38,8).**
- Estados com menores taxas de homicídios por 100 mil habitantes: **São Paulo (8,4), Santa Catarina (9,1) e Distrito Federal (11,3).**

Quanto ao perfil das vítimas, verifica-se que a maior parte é negra, do sexo masculino e jovem (situados na faixa etária de 12 a 29 anos).

Apesar de ainda ser um número altíssimo para os padrões internacionais, as **mortes violentas no Brasil atingiram seu menor número em 12 anos**. O Anuário destaca como fatores para a redução das mortes violentas intencionais **1) as mudanças demográficas; 2) as políticas locais (estaduais) de prevenção à violência e 3) as ações do crime organizado.**

Violência policial e vitimização letal de policiais

A letalidade da polícia brasileira é alvo constante de críticas de entidades de defesa de direitos humanos. O número de pessoas mortas pela violência policial no Brasil é considerado altíssimo nas comparações internacionais. Em 2022, **6.430 pessoas morreram vítimas de policiais em 2022, o que corresponde a 17 pessoas por dia.**

Entre os estados, **Bahia e Rio de Janeiro** juntos representam 43% de todas as mortes provocadas pelas polícias no Brasil (1.330 mortes).

Se, por um lado, o grau de letalidade da polícia brasileira é alto, por outro, os policiais também são vítimas desse mesmo sistema. Morrem muitos policiais no Brasil vitimados por assassinatos, em serviço, e fora de serviço. Na verdade, **morrem mais policiais fora de serviço, do que em serviço.**

Violência contra a mulher

Conforme a ONU (dados de 2015), o Brasil ocupa a 5ª posição no ranking mundial de proporção de assassinatos de mulheres. Nem todos os assassinatos de mulheres são feminicídios. **Femicídio** é o homicídio praticado contra vítima mulher por motivações baseadas em violência doméstica e/ou intrafamiliar, ou em caso de menosprezo ou discriminação pela condição de mulher.

De acordo com o 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, foram registrados **1.437 feminicídios em 2022**, o que representa um aumento de 6,1% em relação a 2021. Sobre o perfil das vítimas desse crime, constata-se que são predominantemente negras e possuem de 18 a 44 anos. A maior parte das vítimas foi morta pelo próprio parceiro íntimo, ex-parceiro ou por familiar.

Violência sexual – A violência sexual pode ser definida como qualquer ato sexual ou tentativa de obter ato sexual, sem o consentimento da vítima. A violência pode ser exercida com uso da força ou ameaça, mas também com chantagem, suborno ou manipulação.

Em 2022, segundo dados do 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, **o Brasil registrou o maior número da história de casos de estupros: foram 74.930 vítimas**, um crescimento de 8,2% na comparação com 2021



A maior parte dos estupros que ocorre no Brasil é o de vulnerável (crianças menores de 14 anos ou pessoas com doenças ou deficiência mental).

Enfrentamento da violência contra a mulher - É fundamental haja o encorajamento para que aquelas que já tenham sido vítimas de violência ou estejam na iminência de sê-lo denunciem o agressor, de modo que o Estado possa tomar medidas destinadas a evitar que a violência e as ameaças, permanentes ou eventuais, redundem em morte, como a aplicação de medidas protetivas no âmbito da Lei Maria da Penha e por meio da manutenção, a ampliação e o aprimoramento das redes de apoio à mulher. O suporte estatal a mulher é fundamental, especialmente, no momento do rompimento do relacionamento, principal motivo de morte de mulheres no contexto do feminicídio. Outra medida é o combate à impunidade, com a responsabilização dos autores de atos de violência.

Sistema prisional brasileiro

O sistema carcerário brasileiro enfrenta, há muito tempo, uma grave crise estrutural, social e econômica. O Brasil possui uma das maiores populações carcerárias do mundo. Conforme o 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em 2022, o Brasil possuía **832.295 pessoas encarceradas, a maior população carcerária de sua história.**

Ainda que apresente uma enorme população carcerária, o Brasil ainda possui um grande **déficit de vagas** nos presídios. Segundo o 17º Anuário, há um déficit de 230.578 vagas nos presídios brasileiros. Ou seja, **os presídios estão superlotados**, há mais pessoas presas do que número de vagas.

Em relação ao perfil, verifica-se que **a maior parte dos presos no Brasil são negros, do sexo masculino e possuem entre 18 a 34 anos.** Embora o 17º Anuário não traga esses dados, outras fontes estatísticas apontam ainda que grande parcela dos encarcerados apresenta baixa escolaridade e baixa renda.

Soluções para a crise do sistema prisional – A solução para a crise penitenciária está relacionada à redução da violência e da criminalidade no Brasil. Já que estando em uma sociedade menos violenta, diminuir-se-ia os crimes, o que contribuiria para a redução do número de presos.

Outras propostas para enfrentar a superlotação do sistema prisional são:

- Maior adoção de penas alternativas ao encarceramento;
- Fornecimento do acesso adequado à justiça;
- Promoção de ajustes na Lei de Drogas; e
- Sistema que, de fato, ressocialize o preso, com políticas humanizadoras e que possibilite a reinserção do ex-detento à vida em sociedade.



EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Ao iniciar o estudo deste tópico, destaco que, embora nos editais esteja presente nos conteúdos de Atualidades, o tema quase não é cobrado nas provas da nossa disciplina. Se o conteúdo está presente nos editais, o professor vai ministrá-lo, mesmo com baixas possibilidades de ser cobrado em nossa prova.

A educação de uma sociedade desempenha um papel essencial em sua formação e em seu desenvolvimento socioeconômico, sendo um dos principais setores para a construção de uma nação justa e solidária.

No Brasil, o debate sobre o valor da educação não é novidade e é de amplo conhecimento da população que esse setor apresenta uma série de deficiências e desafios. O tema é muito rico e se relaciona a um rol de questões, mas, neste tópico, vamos apresentar uma contextualização geral sobre o panorama da educação brasileira e alguns tópicos atuais que podem ser cobrados ou que já figuraram em provas.

Diretrizes da educação

A **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)** é a principal legislação que regulamenta a educação no Brasil, de acordo com a Constituição Federal. Com 92 artigos, a lei reforça o direito de todo brasileiro ao acesso gratuito à Educação Fundamental e prevê a gradativa extensão dessa condição ao Ensino Médio. Detalha também o papel da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal com relação à educação, articula as suas ações e determina as obrigações gerais das instituições de ensino, dos professores e dos outros profissionais da área. Define, ainda, os níveis da educação no Brasil, apresenta referenciais curriculares e estabelece a carga horária mínima para cada um, nas diversas modalidades.

A educação escolar compõe-se da Educação Básica e da Educação Superior. A Educação Básica é formada pela Educação Infantil, Ensino Fundamental (anos iniciais e finais) e Ensino Médio.

A LDB também determina a aprovação, pelo Congresso Nacional, de um **Plano Nacional da Educação (PNE)**, com metas a serem alcançadas em um prazo de 10 anos. O PNE cumpre a função de orientar os esforços dos governos federal, estaduais e municipais para a melhoria da educação brasileira.

O órgão responsável pela elaboração e execução do plano é o **Ministério da Educação (MEC)**, braço do governo responsável por todo o sistema educacional brasileiro. Desde a Educação Infantil até a Profissional e Tecnológica, a responsabilidade é desse ministério.

O MEC também é responsável por elaborar, a partir da LDB, a **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**, um documento que define o conjunto de temas essenciais que todos os alunos devem aprender ao longo da Educação Básica. A BNCC serve para nortear os currículos das redes de ensino e as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio do país.



Plano Nacional da Educação (PNE)

O Plano Nacional da Educação (PNE), previsto na Constituição Federal, cumpre a função de orientar os esforços dos governos federal, estaduais e municipais para a melhoria na educação brasileira. Complementando as orientações e as diretrizes da LDB, o PNE **estabelece metas qualitativas e quantitativas gerais, a serem alcançadas em, no máximo, dez anos.**

O **PNE** em vigor foi instituído em 2014 pela Lei nº 13.005/2014, e tem sua validade para o decênio 2014-2024. Expira, desse modo, em **junho de 2024**, fazendo com que, em breve, o governo federal tenha que enviar ao Congresso um novo projeto de lei com o PNE do próximo decênio.

Vejamos as metas do PNE:

Meta 1 - Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

Meta 2 - Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.

Meta 3 - Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

Meta 4 - Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Meta 5 - Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

Meta 6 - Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos(as) da educação básica.

Meta 7 - Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio.

Meta 8 - Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.



Meta 9 - Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Meta 10 - Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

Meta 11 - Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

Meta 12 - Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

Meta 13 - Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

Meta 14 - Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

Meta 15 - Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Meta 16 - Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Meta 17 - Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.

Meta 18 - Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

Meta 19 - Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.



Meta 20 - Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio. **Prestem atenção nesta meta!**

O PNE institui avaliações a cada dois anos para acompanhamento da implementação das metas. O **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep)** é responsável por publicar os relatórios bianuais de monitoramento das metas.

No último relatório, publicado em 2022 (Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento do PNE), o Inep destacou o grande impacto da pandemia de covid-19 no cumprimento das metas do plano, sobretudo na Educação Infantil. Todavia, mesmo com os desafios impostos pela pandemia à educação, no biênio de 2021-2022, a maior parte dos indicadores obteve resultados superiores aos levantados no biênio anterior. O cenário, porém, não é otimista. De acordo com o documento:

"O Nível de execução médio está em 45,1%, enquanto o mediano não ultrapassa 39,0%. Assim, é forçoso reconhecer que a execução do atual PNE é insuficiente para o alcance das metas até o ano de 2024, encontrando-se, aproximadamente, na metade do caminho ideal." (Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2022. Brasília, DF : Inep, 2022, p. 18).

Próximo do fim, a maioria das metas está longe de sua completude, indicando que, para o próximo decênio, muitas metas poderão ser repetidas.

Avaliação da educação brasileira

O Brasil tem vários instrumentos para avaliar a qualidade do ensino e o rendimento da educação dos estudantes no Brasil, sendo quatro na Educação Básica e três no Ensino Superior. Os resultados de cada indicador servem de fundamento para a definição de políticas públicas, em busca de melhoria da qualidade do ensino.

Pisa

O **Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa)** é desenvolvido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), organização intergovernamental voltada ao desenvolvimento socioeconômico. O Brasil não faz parte do grupo, mas, além dos países filiados, a organização tem parceria para aplicação do Pisa com outros países e territórios, incluindo o Brasil.

O exame ocorre a cada três anos com uma amostra de 600 mil estudantes de 15 anos de 80 países diferentes, e oferece um perfil básico de conhecimentos e habilidades dos estudantes. São avaliados os conhecimentos em leitura, matemática e ciências.

O Brasil sempre está entre os últimos colocados no Pisa. Na última avaliação, realizada em 2018, o país conseguiu avançar alguns pontos, mas ainda segue longe do desempenho dos países desenvolvidos. Nessa prova, o foco foi na categoria de leitura; o Brasil ficou na 54ª colocação, com nota 413. A média da OCDE



nesse quesito foi 487. Em matemática, a nota geral brasileira foi de 384, e, em ciências, 404. A média dos países da OCDE em ambas áreas foi de 489.

Ao analisar os resultados das últimas edições do Pisa, verifica-se que o Brasil mantém uma tendência de estagnação. Embora as notas médias tenham variado alguns pontos para cima e para baixo, no decorrer da última década, essa variação não foi considerada estatisticamente relevante para ser considerada uma evolução de patamar.

Enem

O **Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)** tem como objetivo principal avaliar o desempenho dos estudantes ao término do Ensino Médio. De caráter não obrigatório, o exame é anual e destinado àqueles que estão concluindo ou já concluíram esse nível de ensino.

O Enem é utilizado para avaliar a qualidade geral do Ensino Médio no país, orientando as políticas educacionais do Brasil. Os dados apontados por essas avaliações têm mostrado, por exemplo, a distância entre o sistema público e o particular.

Serve também como acesso ao Ensino Superior em universidades públicas brasileiras, por meio do **Sistema de Seleção Unificada (Sisu)**, ou como critério de seleção para os alunos que pretendem concorrer a uma bolsa no **Programa Universidade Para Todos (Prouni)**. A participação no exame é obrigatória também para ingressar no **Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies)**, que financia a graduação na Educação Superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas.

Saeb e Ideb

O **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb)** é uma avaliação realizada em larga escala no país que busca traçar um diagnóstico da educação brasileira e dos níveis de aprendizagem dos alunos. O Saeb é o principal instrumento para aferir a qualidade da Educação Infantil até o Ensino Médio. São avaliados alunos dos 2º, 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio de escolas públicas e privadas.

Os resultados de aprendizagem apurados no Saeb, juntamente com as taxas de aprovação aferidas no Censo Escolar, compõem o **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)**, utilizado para monitorar o desempenho das escolas e das redes de ensino. Trata-se de um índice que varia numa escala de 0 a 10 e é divulgado a cada dois anos.

Os dados do Ideb de 2021 mostraram pouca evolução em relação a 2019:

- Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o índice caiu de 5,9, em 2019, para 5,8, em 2021;
- Nos anos finais do Ensino Fundamental, o índice subiu de 4,9, em 2019, para 5,1, em 2021;
- O Ensino Médio permaneceu em 4,2.

Nenhum dos índices alcançou as metas estabelecidas, que eram de 6,0 para os anos iniciais do Ensino Fundamental, 5,5 para os anos finais do Ensino Fundamental e 5,2 para o Ensino Médio.



A estagnação dos índices do Ideb foi atribuída principalmente à pandemia de covid-19, que prejudicou o aprendizado, em especial dos mais pobres, que não possuíam as melhores condições para acompanhar as aulas à distância ou para estudar em casa.

Historicamente, a nota do Ensino Médio costuma ser menor no Ideb, o que reflete taxas maiores de abandono da escola pelos alunos e desempenhos piores nas provas. A pandemia não trouxe boas notícias nessa frente, uma vez que o Ensino Médio foi uma das etapas mais afetadas na permanência, com a necessidade dos alunos mais velhos de trabalhar em meio à crise econômica.

Desafios da educação brasileira

As análises sobre o sistema de educação brasileira costumam ser feitas por meio da divisão entre **desafios externos e internos**. Os desafios externos são socioeconômicos, ligados, principalmente, à desigualdade de oportunidades de aprendizagem e de acesso ao ambiente escolar. Os desafios internos dizem respeito à estrutura do sistema educacional em si, as esferas, os programas, os agentes e os repasses que ocorrem entre eles.

Entre os **desafios externos**, o principal está relacionado ao baixo nível socioeconômico de boa parte da população, que acaba por prejudicar o acesso ao conhecimento e afeta a chance do aprendizado ser concretizado.

Dentro dessa categoria, são elencados fatores como: a falta de infraestrutura em casa, como luz e internet, para possibilitar o melhor aprendizado; a necessidade de complementar a renda familiar, que faz com que muitos adolescentes e jovens tenham que trabalhar; a distância das escolas, principalmente se consideradas as deficientes condições de mobilidade urbana, entre outros.

Com relação aos **desafios internos**, estão aspectos como a falta de professores, a baixa remuneração e qualificação desses profissionais; a deficiência de infraestrutura nas escolas, muitas vezes sem bibliotecas, quadras esportivas e laboratórios de informática adequados; a falta de vagas nas escolas, entre outros.

Nesse aspecto, o investimento de verbas públicas na educação é um dos desafios internos. O país investe, em média, cerca de 6% do PIB no setor educacional (com variações anuais para mais ou para menos), índice acima da média de muitos países desenvolvidos. Porém, quando analisado o valor investido por aluno, o Brasil investe bem menos do que a média dos países desenvolvidos e da OCDE. Assim, não basta apenas dispor de recursos, mas é preciso qualificar os investimentos em educação e utilizá-los de maneira adequada aos objetivos nacionais.

Além disso, conforme o nível e a modalidade de ensino, verificam-se problemas específicos.

Na **Educação Infantil**, o principal problema apontado é a falta de vagas, além da baixa oferta de creches em período integral, que seriam importantes quando os responsáveis trabalham fora de casa o dia todo.

No **Ensino Fundamental**, a qualidade do ensino é apontada como o principal desafio. O ensino deficiente faz com que boa parte dos estudantes não aprendam o que é considerado adequado para a série em que



estão. Nos anos finais do Ensino Fundamental, esse problema se agrava diante da exigência de conteúdos cada vez mais complexos e um número maior de disciplinas.

O **Ensino Médio** é considerado o grande gargalo da educação brasileira – cerca de metade dos alunos que ingressam no Ensino Médio conclui o curso, ou seja, a **evasão** é muito elevada. Buscar formas de se combater essa evasão certamente é uma prioridade quando falamos do Ensino Médio no país. Embora seja controversa e divida opiniões, a proposta de reforma do Ensino Médio tenta lidar com esse problema, além de outros próprios dessa etapa da educação. Veremos esse tópico na sequência.

O **Ensino Superior** no Brasil também apresenta problemas, mas teve muitos avanços nas duas últimas décadas. A expansão das universidades federais, da oferta de bolsas e financiamentos públicos nas universidades privadas, como o ProUni e o Fies, e da Educação a Distância, permitiram que o número de universitários aumentasse de 4,2 milhões em 2004 para 8,9 milhões em 2021. Paralelamente, cresceu a quantidade de cursos.

Mesmo assim, há obstáculos como a baixa participação de alunos de 18 a 24 anos matriculados na Educação Superior (idade considerada adequada para cursar esse nível de ensino) e as desigualdades socioeconômicas no acesso ao nível superior, isto é, a maior dificuldade de acesso para famílias de baixa renda. Outro grande entrave para a qualidade da Educação Superior é sua porta de entrada, ou seja, o Ensino Médio. Sem resolver os problemas da formação dos alunos nesse nível de ensino, dificilmente haverá uma boa formação superior.

Diante dos diversos desafios, também são diversas as propostas para lidar com o problema da baixa qualidade da educação no país. A busca deve ser não somente por um sistema educacional de melhor qualidade, mas também por uma sociedade que garanta maior inclusão dos estudantes no processo de ensino. Trata-se de um processo que envolve não apenas a esfera educacional, mas diversos outros componentes da sociedade.

Novo Ensino Médio

A Lei nº 13.415/2017, conhecida como **Lei da Reforma do Ensino Médio**, implementou uma série de mudanças no Ensino Médio, como aumento da carga horária obrigatória do ensino médio e flexibilização do currículo, permitindo que estudantes escolham parte do que vão estudar.

Conforme a lei, o currículo do Ensino Médio deve ser 60% preenchido pela BNCC e os 40% restantes serão destinados aos chamados **itinerários formativos**, em que o estudante poderá escolher entre cinco áreas de estudo.

A grade curricular das escolas públicas e privadas de ensino médio não terá mais o formato utilizado até então em que as disciplinas eram individuais, graças à BNCC. Agora, os conteúdos serão divididos em áreas do conhecimento de maneira similar à que acontece no Enem:

- Linguagens e suas tecnologias;
- Matemática e suas tecnologias;



- Ciências da natureza e suas tecnologias
- Ciências humanas e sociais aplicadas; e
- Formação técnica e profissional.

Os alunos poderão escolher a área na qual vão se aprofundar logo no início do Ensino Médio. As escolas não são obrigadas a oferecer aos alunos todas as cinco áreas, mas deverão oferecer ao menos um dos itinerários formativos.

Essas divisões vão abranger as disciplinas de Língua Portuguesa, Arte, Educação Física, Língua Inglesa, Matemática, Biologia, Física, Química, Filosofia, Geografia, História e Sociologia. Nenhum desses componentes será excluído do currículo atual, mas serão trabalhados de maneira diferente do que se fazia até então.

No entanto, das disciplinas atuais, somente **Língua Portuguesa** e **Matemática** serão obrigatórias nos três anos do Ensino Médio.

O objetivo da nova organização curricular é integrar as disciplinas, fortalecendo as relações entre elas e melhorando seu entendimento e aplicação na vida real.

Além disso, a carga horária anual deverá aumentar. Até 2024, o Novo Ensino Médio passará de 800 para de 1.000 horas anuais, atingindo 3.000 horas ao final dos três anos. Para atingir esse montante, cada ano letivo deve ter 200 dias, com, em média, cinco horas por dia. No modelo antigo, são 4 horas diárias.





Educação Brasileira

Diretrizes da educação brasileira:

Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) é a principal legislação que regulamenta a educação no Brasil. Detalha o papel da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal na educação, apresenta referenciais curriculares e estabelece a carga horária mínima para cada um.

A LDB também determina a aprovação, pelo Congresso Nacional, de um **Plano Nacional da Educação (PNE)**, com metas a serem alcançadas em um prazo de 10 anos. O órgão responsável pela elaboração e execução do plano é o **Ministério da Educação (MEC)**.

O MEC também é responsável por elaborar, a partir da LDB, a **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**, um documento que define o conjunto de temas essenciais que todos os alunos devem aprender ao longo da educação básica.

Plano Nacional da Educação (PNE):

Estabelece metas qualitativas e quantitativas gerais, a serem alcançadas em, no máximo, 10 anos.

O **PNE** em vigor foi instituído em 2014, e tem sua validade para o decênio 2014-2024.

O PNE institui avaliações a cada dois anos para acompanhamento da implementação das metas. O **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep)** é responsável por publicar os relatórios bianuais de monitoramento das metas.

Próximo do fim, a maioria das metas está longe de sua completude, indicando que, para o próximo decênio, muitas metas poderão ser repetidas.

Avaliação da educação brasileira:

Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) - é desenvolvido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e avalia os conhecimentos em leitura, matemática e ciências. O Brasil sempre está entre os últimos colocados no Pisa.

Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) - tem como objetivo avaliar a qualidade geral do Ensino Médio no país, orientando as políticas educacionais do Brasil. Serve também como acesso ao Ensino Superior em universidades públicas brasileiras, por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), do Programa Universidade Para Todos (Prouni) e do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) - é uma avaliação realizada em larga escala no país que busca traçar um diagnóstico da educação brasileira e dos níveis de aprendizagem dos alunos. Os resultados de aprendizagem apurados no Saeb, juntamente com as taxas de aprovação aferidas no Censo Escolar, compõem o **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)**, utilizado para monitorar o desempenho das escolas e das redes de ensino. Trata-se de um índice que varia numa escala de 0 a 10 e é divulgado a cada dois anos.



Desafios da educação brasileira:

Desafios externos - baixo nível socioeconômico de boa parte da população, que acaba por prejudicar o acesso ao conhecimento e afeta a chance do aprendizado ser concretizado.

Desafios internos - falta de professores, baixa remuneração e qualificação desses profissionais, deficiência de infraestrutura nas escolas, muitas vezes sem bibliotecas, quadras esportivas e laboratórios de informática adequados, falta de vagas nas escolas, entre outros.

Na **Educação Infantil**, o principal problema apontado é a falta de vagas, além da baixa oferta de creches em período integral.

No **Ensino Fundamental**, a qualidade do ensino é apontada como o principal desafio.

No **Ensino Médio**, a **evasão** é muito elevada.

O **Ensino Superior** teve muitos avanços nas duas últimas décadas. Cresceu o número de universitários e a quantidade de cursos. Mesmo assim, há problemas como a baixa participação de alunos de 18 a 24 anos matriculados na Educação Superior e as desigualdades socioeconômicas no seu acesso.

De forma abrangente, os desafios estão relacionados a um sistema educacional de melhor qualidade e também por uma sociedade que garanta maior inclusão dos estudantes no processo de ensino. Educação básica de qualidade e inclusiva é fundamental para o aumento da produtividade econômica e para o exercício da cidadania.

Novo Ensino Médio:

A Lei nº 13.415/2017 implementou uma série de mudanças no Ensino Médio, como aumento da carga horária obrigatória do ensino médio e flexibilização do currículo, permitindo que estudantes escolham parte do que vão estudar.

Conforme a lei, o currículo do Ensino Médio deve ser 60% preenchido pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os 40% restantes serão destinados aos chamados **itinerários formativos**, em que o estudante poderá escolher entre cinco áreas de estudo. Além disso, a carga horária anual deverá aumentar.



QUESTÕES COMENTADAS – DOENÇAS INFECCIOSAS NO BRASIL – MULTIBANCAS

1. (FGV/MPE-SP/2023) Segundo o boletim epidemiológico da Prefeitura, a capital paulista registrou duas mortes e 11.815 casos confirmados de dengue em 2022, o maior patamar da doença desde o início da pandemia de Covid-19.

Frente a esse aumento da epidemia é preciso agir para evitar que o cenário se repita em 2023, uma vez que

A) as chuvas de verão, no início do ano, produzem o ambiente ideal para a reprodução do mosquito *Aedes aegypti*, que também transmite febre amarela, malária e chikungunya.

B) trata-se de uma doença cíclica e de ocorrência não uniforme, de modo que estados e regiões vivenciam o seu acirramento em momentos diferentes do ano.

C) o relaxamento das restrições impostas contra a Covid-19, como o distanciamento social, acelerou o contágio entre pacientes acometidos pela doença.

D) a diminuição da circulação do vírus depende do êxito das campanhas de vacinação, combinadas ao uso intensivo de inseticidas químicos para eliminar o vetor do vírus.

E) o combate dessa arbovirose necessita de uma ação contínua de eliminação da vegetação de grande e médio porte, a qual abriga os insetos transmissores e possibilita sua proliferação.

COMENTÁRIOS:

a) Incorreta. O primeiro trecho da alternativa está correta. As chuvas de verão, no início do ano, produzem o ambiente ideal para a reprodução do mosquito *Aedes aegypti*. O mosquito é responsável por transmitir a dengue, o zika vírus e a chikungunya. Contudo, a febre amarela é transmitida por artrópodes e a malária pelo mosquito da espécie *Anopheles*.

b) Correta. A dengue é uma doença cíclica e de ocorrência não uniforme, de modo que estados e as regiões vivenciam o seu acirramento em momentos diferentes do ano. O período do ano em que os casos costumam aumentar geralmente está relacionado às estações chuvosas, quando os focos de água parada aumentam e facilitam a reprodução do mosquito.

c) Incorreta. O relaxamento das restrições impostas contra a covid-19 não acelerou o contágio entre pacientes acometidos pela doença, uma vez que a dengue não é transmitida de pessoa para pessoa, apenas pela picada do mosquito *Aedes aegypti*.

d) Incorreta. Existe vacina para a dengue, mas ela não reduz a circulação do vírus, pois isso está atrelado à proliferação do mosquito *Aedes aegypti*. Para reduzir a circulação do vírus, deve-se combater a proliferação do mosquito, o que pode ser feito com cuidados básicos, sendo o principal deles evitar a existência de focos com água parada.



e) Incorreta. Arbovirose é o termo utilizado para doenças causadas por vírus transmitidos, principalmente por mosquitos, como a dengue. A eliminação da vegetação de grande e médio porte não contribui para a eliminação dos mosquitos transmissores do vírus. Pelo contrário, uma série de estudos mostram que a perda de vegetação pode impulsionar o aumento de casos de dengue.

Gabarito: B

2. (VUNESP/EPC/2023) O Ministro da Saúde fez um pronunciamento em cadeia de rádio e TV na noite deste domingo [06 nov.] pedindo para que os pais e responsáveis vacinem as crianças contra essa doença. Segundo dados do Ministério, a campanha de vacinação que ocorreu em agosto e setembro deste ano [2022] vacinou menos de 70% do público-alvo, composto de crianças de zero a cinco anos. A meta é imunizar 95% das crianças nessa faixa etária em todo o país.

Esta campanha de vacinação é para reduzir os casos de

- A) poliomielite.
- B) HPV.
- C) difteria.
- D) catapora.
- E) caxumba.

COMENTÁRIOS:

A campanha de vacinação foi feita para reduzir os casos de poliomielite, também conhecida como paralisia infantil. A redução da cobertura vacinal contra a doença no período recente preocupou as autoridades de saúde com a possível volta da doença. Por isso, em 2022, o Ministério da Saúde intensificou a campanha de vacinação contra a poliomielite.

Gabarito: A

3. (FGV/CÂMARA MUNICIPAL DE TAUBATÉ-SP/2022 - TÉCNICO LEGISLATIVO DE INFORMÁTICA) O chamado movimento antivacina foi incluído pela Organização Mundial da Saúde (OMS), este ano, entre as dez maiores ameaças à saúde global; ele passou a figurar numa lista ao lado de riscos como o ebola, o HIV, a dengue e a influenza. Segundo a OMS, os movimentos antivacina são tão perigosos quanto os vírus das doenças que aparecem nesta lista, porque ameaçam reverter o progresso alcançado no combate a doenças evitáveis por vacinação. Os pesquisadores têm alertado para o fato de que ao movimento antivacina pode ser imputado, em grande medida, o recente ressurgimento de doenças tais como

- (A) sarampo e poliomielite.
- (B) aids e esquistossomose.
- (C) raiva e dengue.



(D) leishmaniose e doença de Chagas.

(E) chikungunya e hanseníase.

COMENTÁRIOS:

Dentre as doenças mencionadas pelas alternativas, as que tem reaparecido no mundo são o sarampo e a poliomielite. Ambas têm vacinas para combater à doença, e o seu ressurgimento tem ocorrido em um cenário de diminuição da cobertura vacinal, relacionado tanto ao crescimento dos movimentos antivacina quanto ao desconhecimento da população sobre a necessidade de se vacinar.

Gabarito: A

(QUADRIX/CFBio/2018 - AGENTE ADMINISTRATIVO) O processo de degradação do quadro sanitário nacional é longo, lento, mas se mostra inexorável. O primeiro sintoma grave foi a volta do mosquito *Aedes aegypti*, muito depois de Oswaldo Cruz, no início do século XX, ter lançado uma campanha para sua erradicação e, por consequência, da febre amarela urbana. O mosquito trouxe de volta a dengue. Não se permite, impunemente, a ocupação desordenada das cidades e o falho saneamento básico. Da dengue passou-se para outras doenças, incluindo a zika. E agora surge uma enorme ameaça à população, principalmente às crianças, com a redução da cobertura de vacinas em níveis perigosos.

O Globo, 26/6/2018, p. 12 (com adaptações).

Tendo o fragmento de texto acima como referência inicial e considerando as múltiplas implicações do tema por ele abordado, julgue os itens:

4. Acredita-se que uma das razões para as centenas de casos de sarampo no Norte do Brasil, na atualidade, deve-se à entrada de venezuelanos sem imunização na região.

COMENTÁRIOS:

Quando esta prova foi aplicada, os estados de Roraima e Amazonas enfrentavam um surto de sarampo. De acordo com o Ministério da Saúde, o vírus teria sido trazido por refugiados venezuelanos que entraram no Brasil. Contudo, de acordo com especialistas e autoridades de saúde, o surto de sarampo poderia ter sido evitado se as metas de vacinação do público alvo tivessem sido atingidas nos anos anteriores ao surto. A cobertura vacinal ficou abaixo da meta de 95% da população alvo. Se estivesse na meta, teriam casos de sarampo entre os brasileiros, mas não teria ocorrido um surto.

Gabarito: Certo

5. O texto sugere que a precariedade do saneamento básico favorece o surgimento de várias doenças evitáveis.

COMENTÁRIOS:

O texto sugere isto, o que é uma verdade. A carência de serviços de água potável, coleta e tratamento de esgoto, de coleta e destino final adequado de resíduos sólidos e de drenagem urbana cria um ambiente



propício ao desenvolvimento de doenças graves que poderiam ser evitadas. A maior parte das doenças relacionadas à falta de saneamento básico se desenvolvem devido à água contaminada. Entre as doenças frequentemente associadas à falta de saneamento básico, a diarreia é a mais registrada.

Gabarito: C

6. O Brasil não tem tradição de promover campanhas nacionais de vacinação em massa da população para a erradicação de doenças como a paralisia infantil (poliomielite).

COMENTÁRIOS:

O Sistema Público Único de Saúde (SUS) promove regularmente diversas campanhas de vacinação em massa da população para a prevenção e a erradicação de doenças. A vacina da paralisia infantil é uma delas, além de muitas outras, como febre amarela, dengue e sarampo.

Gabarito: E

7. A inexistência de um sistema público único de saúde impede que a maioria da população brasileira possa ser atendida gratuitamente em hospitais e postos de saúde.

COMENTÁRIOS:

O Sistema Único de Saúde (SUS), público, oferece a possibilidade à população do atendimento gratuito em hospitais e em postos de saúde.

Por meio do SUS, a população brasileira tem direito à saúde universal e gratuita, financiada com recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, conforme rege o artigo 195 da Constituição Federal.

Fazem parte do Sistema Único de Saúde os centros e postos de saúde, os hospitais públicos - incluindo os universitários, os laboratórios e hemocentros (bancos de sangue), os serviços de Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, Vigilância Ambiental, além de fundações e institutos de pesquisa acadêmica e científica, como a Fundação Oswaldo Cruz e o Instituto Vital Brazil.

Gabarito: E

8. Segundo o texto, as cidades brasileiras geralmente nascem e se desenvolvem de forma planejada, o que assegura boas condições sanitárias aos seus habitantes.

COMENTÁRIOS:

O texto não afirma isso. Pelo contrário, fala na ocupação desordenada das cidades. O rápido crescimento dos centros urbanos brasileiros ocorreu sem o devido planejamento governamental, o que desencadeou diversos problemas urbanos, como a favelização, a poluição dos recursos naturais, o déficit habitacional e a ausência de boas condições sanitárias aos seus habitantes.

Gabarito: E



9. No Brasil, o combate ao mosquito transmissor da dengue e de outras doenças só se iniciou agora, no século XXI.

COMENTÁRIOS:

O texto trata de responder essa questão ao fazer menção a Oswaldo Cruz. No século XX, Oswaldo Cruz, cientista, médico, bacteriologista, epidemiologista e sanitarista brasileiro, coordenou as campanhas de erradicação da febre amarela e da varíola, no Rio de Janeiro e em outras cidades brasileiras.

Em 1904, convenceu o então presidente, Rodrigues Alves, a decretar a vacinação obrigatória, o que provocou a rebelião de populares e da Escola Militar contra o que consideraram uma invasão de suas casas e uma vacinação forçada, episódio famoso que ficou conhecido como Revolta da Vacina.

Como vimos no texto e no que explanei acima, o combate ao mosquito transmissor da dengue e de outras doenças é antigo, não é recente do século XXI.

Gabarito: E

10. Sabe-se que o adequado tratamento da água e do esgoto evita o surgimento de muitas doenças.

COMENTÁRIOS:

A carência de serviços de água potável, coleta e de tratamento de esgoto cria um ambiente propício ao desenvolvimento de doenças graves que poderiam ser evitadas. Portanto, o adequado tratamento da água e do esgoto evita o surgimento de muitas doenças.

Nesse sentido, investir em saneamento básico é um dos principais investimentos quando se trata a questão da saúde pública, pois é um investimento que, além de zelar pela saúde geral e bem-estar da população, propiciando uma vida digna, diminui os custos com tratamentos de doenças que são evitadas por meio da prevenção.

Gabarito: C

11. Entre as terríveis sequelas da zika, está a má-formação cerebral de fetos.

COMENTÁRIOS:

O zika vírus está ligado à microcefalia, uma condição rara em que o bebê nasce com o crânio do tamanho menor do que o normal. Mulheres que foram picadas pelo mosquito, contraíram o zika vírus e pouco tempo depois engravidaram, deram à luz a bebês que nasceram com microcefalia.

Gabarito: C



QUESTÕES COMENTADAS – VIOLÊNCIA E SEGURANÇA PÚBLICA – MULTIBANCAS

1. (QUADRIX/CRP-10/2022 – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) No Brasil, ainda não há lei com o objetivo de proteger a mulher vítima de violência.

COMENTÁRIOS:

No Brasil, a principal legislação que objetiva proteger as mulheres vítimas de violência é a Lei Maria da Penha. Existem outras, mas essa é a principal. Portanto, existem leis com objetivo de proteger a mulher vítima de violência. Embora a violência contra às mulheres ainda seja muito alta no país, têm-se obtido avanços no seu combate e prevenção.

Gabarito: Errado

(QUADRIX/CFT/2021 – JORNALISTA) O Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030 contou com ampla participação da sociedade civil, por meio de consulta pública, e foi formulado de acordo com os objetivos previstos pela Lei nº 13.675/2018, para o desenvolvimento da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social. O Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, com duração de dez anos, será estruturado em ciclos de implementação bienais. A dinâmica de implementação do Plano, por meio de ciclos bianuais, permite que o tema segurança pública possa ser abordado de acordo com o dinamismo que é peculiar ao tema.

Internet: <<https://www.gov.br>> (com adaptações).

Quanto ao cenário da segurança pública no Brasil, julgue os itens a seguir.

2. No Brasil, as mortes classificadas como homicídios, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte e as mortes em decorrência de intervenção policial, divulgadas por pesquisas de segurança pública, têm um maior quantitativo de vítimas nas pessoas jovens, negras e do sexo masculino.

COMENTÁRIOS:

No Brasil, as principais vítimas de homicídios são pessoas jovens, negras e do sexo masculino. Da mesma forma, são as principais vítimas de homicídios em decorrência de intervenções policiais.

Gabarito: Certo

3. Apesar de a lei do feminicídio tipificar esse tipo de assassinato de gênero como crime há mais de cinco anos, os dois últimos anos de pandemia do coronavírus contribuíram para a redução desse tipo de morte, já que retirou boa parte da população urbana de circulação nas ruas.

COMENTÁRIOS:



A lei do feminicídio, criada em 2015, tipifica esse assassinato de gênero como crime hediondo. Os condenados por esse tipo de crime merecem a pena máxima de reclusão (40 anos), não têm direito a indulto (perdão) ou anistia, nem mesmo a responder ao processo em liberdade mediante o pagamento de fiança.

Durante a pandemia do Coronavírus, no ano de 2020, registrou-se leve aumento dos feminicídios em relação ao ano de 2019.

Gabarito: Errado

4. À medida que a Internet possibilita o acesso a mais dados e a agilidade, por logaritmo, nas transações bancárias, as fraudes e os golpes também tendem a crescer percentualmente e uma das causas pode ser creditada à falta de intimidade da população com os velozes avanços dos aplicativos e das ferramentas tecnológicas.

COMENTÁRIOS:

Afirmativa correta, sem nada a acrescentar. Com a internet e a utilização de sistemas bancários pelo meio virtual, muitos golpes se disseminaram, sendo as principais vítimas àquelas pessoas com menor intimidade e conhecimento das tecnologias, como os idosos.

Gabarito: Certo

5. O aumento do número de armas oficialmente registradas nas mãos de civis no Brasil é diretamente proporcional à escalada da violência nos aglomerados subnormais dos grandes centros urbanos do País.

COMENTÁRIOS:

A escalada da violência nos aglomerados subnormais (favelas) está diretamente relacionada aos grupos criminosos, especialmente ao tráfico de drogas e às milícias, que obviamente possuem armas. Todavia, são o crime e a disputa por território que intensificam a violência nos aglomerados subnormais.

A maioria das pesquisas sobre a posse e o porte de armas indica que a flexibilização no porte de armas aumenta o número de homicídios e apresenta maior risco às crianças. Contudo, não podemos fazer uma relação direta com o que a questão afirma. A liberação de armas é um tema muito polêmico no Brasil, em que se observam argumentos contrários e favoráveis.

Gabarito: Errado

6. Em cidades que possuem sistemas eletrônicos e interligados, a implantação de boletins de ocorrência on-line acerca da violência doméstica agiliza o encaminhamento do registro policial para o Poder Judiciário.

COMENTÁRIOS:

A implantação de boletins de ocorrência on-line em casos de violência doméstica é um método que agiliza o encaminhamento do registro policial para o Poder Judiciário.



Era possível resolver a questão sem saber desse fato específico, apenas com base lógica. A utilização de tecnologias no ambiente criminal tem se mostrado benéfica para o fortalecimento da rede de prevenção, combate e julgamento a crimes de violência contra a mulher.

Gabarito: Certo

7. (CEBRASPE/CBM-AL/2021 – ASPIRANTE) No Brasil, os lugares que são materialmente pobres ou que possuem fraca força política e social são mais vulneráveis ao acontecimento de mortes violentas, seja por conflitos relacionados ao tráfico de drogas, seja por ações policiais.

COMENTÁRIOS:

Lugares materialmente pobres ou com fraca força política e social têm menor atuação do Estado, com suas instituições administrativas de saúde, educação e segurança pública. Dessa forma, tornam-se mais vulneráveis ao acontecimento de mortes violentas, seja por conflitos relacionados ao tráfico de drogas, seja por ações policiais.

Um exemplo pode ser visto na escala regional do Brasil. Os estados das regiões Norte e Nordeste apresentam, no geral, maiores taxas de homicídios e de mortes violentas do que os estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, os quais têm maior desenvolvimento econômico e social.

Gabarito: Certo

8. (CEBRASPE/PGE-PE/2019 – ANALISTA JUDICIÁRIO) A história do território brasileiro é, a um só tempo, una e diversa, pois é também a soma e a síntese das histórias de suas regiões. De um ponto de vista genético, as variáveis do espaço brasileiro são assíncronas, mas em cada lugar elas funcionam sincronicamente e tendem a ser assim também quanto ao todo. Daí as descontinuidades que permitiram explicar as diversidades regionais.

Milton Santos e Maria Silveira. Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Record, 2005, p. 23 (com adaptações).

Tendo como referência o texto antecedente, julgue o item que se segue, acerca dos fenômenos políticos, econômicos e sociais atuais no Brasil.

Segundo órgão das Nações Unidas para os Direitos Humanos, o Brasil ocupa o quinto lugar no ranking mundial de feminicídio, termo que foi criado para designar o assassinato de mulheres e meninas por questões de gênero e que, embora se refira a ato individual, é encarado como uma manifestação de desarranjo social, uma vez que se associa a menosprezo ou a discriminação à condição feminina.

COMENTÁRIOS:

A questão traz a definição correta de feminicídio. O Brasil apresenta a quinta maior taxa de mortes violentas intencionais de mulheres do mundo: 4,8 para 100 mil mulheres, segundo dados de 2015 da Organizações Mundial de Saúde (OMS).

Gabarito: Certo



(CEBRASPE/PM AL/2018 – SOLDADO) A falta de segurança custa mais de R\$ 365 bilhões por ano ao Brasil. O valor equivale a 5,5% do produto interno bruto (PIB), calculado com base em dados oficiais de 2012 a 2016. Se dividida pela população, a conta seria de R\$ 1,8 mil para cada brasileiro ao ano. As despesas públicas anuais com segurança e sistema prisional somaram R\$ 101 bilhões, e os custos privados, R\$ 264 bilhões. A violência, porém, avançou.

O Globo, 1.º/7/2018, capa (com adaptações).

Tendo o fragmento de texto precedente como referência inicial e considerando a amplitude do tema por ele focalizado, julgue os itens seguintes.

9. Além de atingir física e emocionalmente as pessoas, a violência também causa graves prejuízos materiais ao país.

COMENTÁRIOS:

Segundo o economista Daniel Cerqueira, do IPEA, o Brasil perde algo em torno de 6% do PIB a cada ano em face do crime e da violência letal. São custos que estão relacionados às despesas de manutenção do aparato de segurança pública, do sistema prisional e de cumprimento de medidas socioeducativas, em serviços de segurança particular e privada, em seguros contra furtos e roubos e no sistema de saúde, com o atendimento de vítimas da violência.

A violência afeta também as atividades econômicas, a exemplo de atividades comerciais suspensas ou seriamente prejudicadas pela redução do consumo e pela diminuição da venda de produtos de maior valor, devido ao medo dos consumidores de serem roubados. Outro setor que sofre as consequências dos elevados índices de violência é o turismo. Algumas cidades brasileiras deixam de arrecadar milhões em função da criminalidade.

Sem dúvida, para além dos custos econômicos, a maior de todas as perdas é a de vidas humanas. Mas, mesmo nesse aspecto, há um custo econômico, uma vez que o Estado e as famílias investiram recursos nessas vidas em saúde, educação, lazer, alimentação etc.

Como a maior parte das vítimas de homicídios é de pessoas jovens, há, ainda, uma grandiosa perda futura de geração de riqueza para o Estado e a sociedade. São pessoas que poderiam viver por muitas décadas, produzindo, consumindo e pagando impostos que reverteriam em benefício da sociedade.

Gabarito: Certo

10. Segundo o texto, o gasto da iniciativa privada com segurança foi mais que o dobro do gasto do Estado com segurança e sistema prisional.

COMENTÁRIOS:

Questão de interpretação de texto e de matemática básica em Atualidades. Rsrtrs. Gasto da iniciativa privada com segurança: 264 bilhões. Gasto do Estado com segurança e sistema prisional: 101 bilhões. O dobro é 202 bilhões, ou seja, o gasto da iniciativa privada foi mais que o dobro do gasto do Estado com segurança e sistema prisional.



Gabarito: Certo

11. Na atualidade, os índices elevados de violência estão restritos às capitais dos estados brasileiros e aos grandes centros urbanos, não atingindo diretamente regiões interioranas.

COMENTÁRIOS:

Nos últimos anos, verifica-se, no Brasil, o aumento da violência em regiões interioranas. Os índices elevados de violência não estão restritos somente às capitais dos estados brasileiros e aos grandes centros urbanos. O crescimento econômico de cidades do interior, sem o adequado investimento em segurança pública e infraestrutura, é considerado como uma das causas para isso. Outro motivo é o fato de que muitos pequenos municípios são controlados pelo crime organizado por estarem em rota de tráfico de drogas e de contrabando.

Gabarito: Errado

12. A ação de facções e grupos criminosos amplia consideravelmente os índices de violência e a sensação de insegurança coletiva.

COMENTÁRIOS:

Parcela significativa dos crimes letais no Brasil está associada aos grupos criminosos que atuam, principalmente, no mercado das drogas ilícitas. O elevado número de mortes, a explosão de caixas eletrônicos de bancos, o roubo de cargas e os tiroteios decorrentes de disputa entre grupos criminosos são exemplos de atividades criminosas que ampliam consideravelmente os índices de violência e a sensação de insegurança coletiva.

Gabarito: Certo

13. É cada vez menor a atuação do crime organizado em escala global devido, principalmente, ao êxito obtido pelos governos no combate ao tráfico de drogas ilícitas.

COMENTÁRIOS:

A globalização permitiu a ascensão do crime organizado em grande escala. Tornou possível a conexão e a comunicação de organizações do crime organizado em países e continentes diferentes e muito distantes. Dados de organizações internacionais indicam que o crime organizado global não diminuiu, vem mantendo o seu tamanho e o valor econômico global das suas atividades criminosas. Os dados também indicam que o consumo de drogas não diminuiu no mundo. Ou seja, não há este êxito dos governos no combate ao tráfico de drogas ilícitas.

Gabarito: Errado

14. (CESPE/PC MA/2018 – ESCRIVÃO E INVESTIGADOR DE POLÍCIA) Em 2017, houve uma série de rebeliões de detentos em Roraima, em Minas Gerais, em Santa Catarina, no Amazonas, no Paraná e no Rio Grande do Norte. Essas ocorrências demonstram a séria crise do sistema prisional brasileiro. A respeito desse assunto, julgue os itens a seguir.



I A população carcerária brasileira é composta em sua totalidade por detentos que cumprem penas já sentenciadas pela justiça.

II Um dos problemas dos presídios brasileiros é a superlotação, resultante de políticas de segurança ineficazes e da falta de celeridade da justiça.

III As referidas rebeliões ocorreram devido às precárias condições e falhas do sistema carcerário, não guardando relação com disputas entre grupos do crime organizado de outras regiões do país.

IV Para assegurar o controle do sistema carcerário, a privatização ou terceirização dos presídios tem sido apresentada como opção para solucionar a atual crise desse sistema.

Estão certos apenas os itens

a) I e III.

b) II e IV.

c) III e IV.

d) I, II e III.

e) I, II e IV.

COMENTÁRIOS:

I – **Errado**. A população carcerária é composta por presos sem condenação e por presos que cumprem penas já sentenciadas pela justiça. Uma das críticas ao sistema é que o percentual de presos provisórios (sem condenação) é expressivo.

II – **Certo**. O sistema prisional está superlotado. Se as políticas de segurança fossem eficazes, a prevenção ao crime seria maior, com menos pessoas cometendo crimes, o que poderia resultar em menos prisões. Outra causa é a morosidade da justiça. Muitos presos provisórios, quando tem a sua sentença proferida pelo juiz já cumpriram o seu tempo de pena. Ou o juiz aplica uma pena equivalente ao tempo em que o preso está em privação de liberdade. Ou seja, uma justiça lenta contribui para a superlotação das prisões.

III – **Errado**. As rebeliões ocorreram devido às precárias condições e falhas do sistema carcerário e devido a disputa entre grupos do crime organizado pelo controle interno de presídios e pelo controle de atividades criminosas em regiões do país. Entre os grupos envolvidos estavam o PCC (com origem em São Paulo), o Comando Vermelho (com origem no Rio de Janeiro) e a Família do Norte (originária do Amazonas).

IV – **Certo**. A privatização ou terceirização de presídios é uma alternativa sempre lembrada e sugerida como opção para melhorar a gestão dos presídios no país.

Gabarito: B



15. (CESGRANRIO/LIQUIGÁS/2018 - PROFISSIONAL JÚNIOR CIÊNCIAS CONTÁBEIS) “Eu tenho o sonho de que meus quatro pequenos filhos viverão, um dia, numa nação onde não serão julgados pela cor da sua pele, mas pelo teor de seu caráter.” (...) Martin Luther King não solicitava o reconhecimento de identidades étnicas ou de direitos raciais. Ele exigia que os Estados Unidos aplicassem o princípio, contido nos seus documentos fundadores, segundo o qual “todos os seres humanos são criados iguais”.

MAGNOLI, D. E Ele não disse “África”. Disponível em:
<https://www.gazetadopovo.com.br/opiniaao/artigos/e-ele-nao-disse-africa-cb3ab573qw631s9gw8rbafcjy>. Acesso em: 22 mar. 2018. Adaptado.

No ano de 2018, o filme Pantera Negra tornou-se sucesso de bilheteria ao apresentar um elenco predominantemente negro e desenvolver um enredo que envolve a disputa entre o rei T’Challa, guardião do reino de Wakanda e defensor da igualdade entre indivíduos de todos os grupos étnicos no mundo, e seu primo, Erik Killmonger, que busca derrubar o rei e liderar uma luta armada global como solução para a opressão sofrida pelos negros ao longo da história. Em algumas críticas, T’Challa foi comparado a Martin Luther King e Erik a Malcolm X.

Levando-se em consideração a postura do rei T’Challa e a sentença nuclear do discurso de Martin Luther King, que postura um líder deve ter para atender às demandas reais dos diferentes grupos étnicos da sociedade brasileira?

- (A) Defender a igualdade entre indivíduos livres de todos os grupos étnicos e não um acordo político entre coletividades raciais distintas.
- (B) Ignorar completamente a barbárie ao redor do mundo, criando um reino fechado em si mesmo, evitando a violência.
- (C) Enxergar a rebelião e a violência como via de transformação da situação de opressão vivida pelo povo negro.
- (D) Estimular o rompimento com os países opressores, promovendo o estabelecimento de centros de assistência social para a comunidade negra.
- (E) Defender a bandeira da rebelião e da ruptura radical das instituições políticas.

COMENTÁRIOS:

Uma questão que aborda o preconceito racial, mas procura como resposta uma solução ética e democrática. As diferenças existem e existirão em qualquer sociedade, mas, numa democracia, se deve buscar a igualdade entre todos os membros. É isso que Martin Luther King buscava na sua luta.

Uma sociedade democrática justa deve se preocupar com três itens: a) promoção das liberdades; b) distribuição (mais ou menos igualitária) dos bens políticos, econômicos e sociais; c) atendimento dos desafortunados (solidariedade). O famoso lema liberdade, igualdade e solidariedade (fraternidade) resume essas preocupações.



Sendo assim, nossa alternativa é a “A”. Todas as demais alternativas trazem uma solução que contemplaria as demandas dos grupos étnicos excluídos, mas tirando o direito de outros grupos sociais ou por meios violentos.

Gabarito: A



QUESTÕES COMENTADAS – EDUCAÇÃO BRASILEIRA – MULTIBANCAS

1. (VUNESP/EPC/2023) Um grande desafio do governo é a implementação do novo Ensino Médio, que será iniciada ainda este ano [2022]. Houve todo um preparo para essa implementação. Já foram investidos mais de R\$ 2 bilhões nessa mudança. Até o momento, não prevemos nenhuma alteração no cronograma.

(Agência Brasil. <https://bit.ly/3JWlpqe>. 28.04.2022)

Uma das mudanças trazidas pelo novo modelo de Ensino foi

- A) a introdução de duas línguas estrangeiras no currículo.
- B) a criação de área de estudos denominada Ciências Sociais Aplicadas.
- C) o aumento da carga horária para mil horas letivas anuais.
- D) a redução da flexibilidade curricular existente anteriormente.
- E) a carga horária híbrida com 40% de ensino à distância.

COMENTÁRIOS:

A) Incorreto. A reforma do Ensino Médio não impôs a introdução de duas línguas estrangeiras, embora as escolas tenham a flexibilidade para oferecer opções de línguas estrangeiras.

B) Incorreto. O novo modelo de Ensino Médio definiu cinco áreas de conhecimento, sendo uma delas “Ciências humanas e sociais aplicadas”. Nessa alternativa, o examinador foi no detalhe, pois, de fato, foi criada essa área, mas com uma nomenclatura diferente do que mencionado na alternativa.

C) Correta. Uma das mudanças significativas do novo Ensino Médio foi o aumento da carga horária mínima anual de ensino de 800 para 1.000 horas.

D) Incorreto. Na verdade, um dos argumentos para a implementação do novo modelo é justamente de aumentar a flexibilidade curricular, permitindo que os estudantes escolham parte de suas disciplinas com base em seus interesses.

E) Incorreto. O Novo Ensino Médio não estabeleceu uma carga horária híbrida com um percentual específico de ensino a distância.

Gabarito: C

2. (CEBRASPE/TJ-SC/2023) Com relação ao papel da educação no desenvolvimento econômico e na consolidação da cidadania no Brasil, assinale a opção correta.

- A) O exercício da cidadania, cujo fortalecimento é um objetivo da educação, circunscreve-se às eleições.



- B) Com recentes investimentos financeiros do Estado, foi superado todo o problema da qualidade da educação básica brasileira.
- C) Educação básica de qualidade e inclusiva é fundamental para o aumento da produtividade econômica.
- D) Historicamente, o financiamento da educação básica é maior que o da educação superior, se considerado o número de matriculados.
- E) É pleno o atual domínio das instituições públicas no número de matrículas na educação superior, restando à iniciativa privada uma participação secundária.

COMENTÁRIOS:

- a) Incorreta.** O exercício da cidadania vai além das eleições. A educação tem um papel importante na formação de cidadãos conscientes, críticos e participativos, que contribuem para a construção de uma sociedade democrática e justa.
- b) Incorreta.** Embora tenham ocorrido avanços nos investimentos na Educação Básica brasileira, ainda existem desafios e problemas a serem superados com relação à qualidade do ensino, que ainda demanda atenção e investimentos contínuos.
- c) Correta.** A Educação Básica de qualidade e inclusiva desempenha um papel fundamental no desenvolvimento econômico de um país. Uma população educada tem maior potencial para adquirir habilidades e conhecimentos necessários para o mercado de trabalho, o que contribui para o aumento da produtividade e para o crescimento econômico.
- d) Incorreta.** Historicamente, o financiamento da Educação Básica costuma ser menor do que o da Educação Superior, considerando o número de matriculados. Comumente, o financiamento da Educação Superior tende a ser maior em termos absolutos, pois envolve custos mais elevados, como infraestrutura, laboratórios, pesquisa e qualificação dos professores. Além disso, a Educação Superior geralmente recebe uma parcela significativa de recursos provenientes de mensalidades pagas pelos estudantes ou por meio de programas de financiamento estudantil.
- e) Incorreta.** Segundo dados de 2021 divulgados pelo Inep, as instituições privadas de ensino superior têm uma participação de 76,9% no total de matrículas de graduação, enquanto a rede pública participa com 23,1%. Ou seja, o número de matrículas é maior na rede privada. Contudo, ambas as redes são muito importantes para a educação superior, nenhuma é secundária, em relação à outra.

Gabarito: C

3. (VUNESP/TJ-SP/2023) Com cartazes, estudantes realizaram na manhã desta quarta-feira (15) um ato pela revogação do Novo Ensino Médio. O protesto iniciou por volta das 9h no vão livre do Masp, na Avenida Paulista, e, às 10h, desceu para a Avenida Brigadeiro Luís Antônio. Depois, os estudantes seguiram destino para a Assembleia Legislativa de São Paulo. O Novo Ensino Médio, previsto numa lei aprovada em 2017, começou a ser implementado em 2022 em todo o país, nas escolas públicas e privadas, mas só se tornou obrigatório a partir deste ano.

(Disponível em <https://g1.globo.com>, 15.03.2023. Adaptado)



A respeito do Novo Ensino Médio e das reivindicações dos alunos, é correto afirmar que os

(A) novos conteúdos são voltados para a área tecnológica e houve drástica redução da carga horária de disciplinas humanísticas.

(B) estudantes querem que os professores façam cursos de reciclagem antes da implementação do novo modelo.

(C) manifestantes exigem que as aulas sejam ministradas em tempo integral.

(D) estudantes exigem que, após a implementação total do novo modelo, os alunos, ao terminarem o último ciclo, ingressem, sem exame vestibular, no curso superior de sua livre escolha.

(E) conteúdos são divididos em áreas do conhecimento de maneira similar à que acontece no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

COMENTÁRIOS:

O ato realizado pelos estudantes pedia a revogação do Novo Ensino Médio. Segundo os organizadores, o Novo Ensino Médio trouxe inúmeros problemas para os itinerários formativos, que começaram a ser ofertados ainda em 2022, mas só se tornaram obrigatórios a partir do ano de 2023. Portanto, as afirmativas “B”, “C” e “D” estão incorretas.

Com o novo sistema, os conteúdos passam a ser divididos em áreas do conhecimento de maneira similar à que acontece no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem): Matemáticas e suas Tecnologias, Linguagens e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Correta a afirmativa “E”.

A letra “A” está incorreta. Às áreas do conhecimento acima descritas já demonstram que novos conteúdos são voltados para a área tecnológica. Houve redução, não drástica redução, da carga horária de disciplinas humanísticas.

Gabarito: E



LISTA DE QUESTÕES - DOENÇAS INFECCIOSAS NO BRASIL – MULTIBANCAS

1. (FGV/MPE-SP/2023) Segundo o boletim epidemiológico da Prefeitura, a capital paulista registrou duas mortes e 11.815 casos confirmados de dengue em 2022, o maior patamar da doença desde o início da pandemia de Covid-19.

Frente a esse aumento da epidemia é preciso agir para evitar que o cenário se repita em 2023, uma vez que

A) as chuvas de verão, no início do ano, produzem o ambiente ideal para a reprodução do mosquito *Aedes aegypti*, que também transmite febre amarela, malária e chikungunya.

B) trata-se de uma doença cíclica e de ocorrência não uniforme, de modo que estados e regiões vivenciam o seu acirramento em momentos diferentes do ano.

C) o relaxamento das restrições impostas contra a Covid-19, como o distanciamento social, acelerou o contágio entre pacientes acometidos pela doença.

D) a diminuição da circulação do vírus depende do êxito das campanhas de vacinação, combinadas ao uso intensivo de inseticidas químicos para eliminar o vetor do vírus.

E) o combate dessa arbovirose necessita de uma ação contínua de eliminação da vegetação de grande e médio porte, a qual abriga os insetos transmissores e possibilita sua proliferação.

2. (VUNESP/EPC/2023) O Ministro da Saúde fez um pronunciamento em cadeia de rádio e TV na noite deste domingo [06 nov.] pedindo para que os pais e responsáveis vacinem as crianças contra essa doença. Segundo dados do Ministério, a campanha de vacinação que ocorreu em agosto e setembro deste ano [2022] vacinou menos de 70% do público-alvo, composto de crianças de zero a cinco anos. A meta é imunizar 95% das crianças nessa faixa etária em todo o país.

Esta campanha de vacinação é para reduzir os casos de

A) poliomielite.

B) HPV.

C) difteria.

D) catapora.

E) caxumba.

3. (FGV/CÂMARA MUNICIPAL DE TAUBATÉ-SP/2022 - TÉCNICO LEGISLATIVO DE INFORMÁTICA) O chamado movimento antivacina foi incluído pela Organização Mundial da Saúde (OMS), este ano, entre as dez maiores ameaças à saúde global; ele passou a figurar numa lista ao lado de riscos como o ebola, o HIV, a dengue e a influenza. Segundo a OMS, os movimentos antivacina são tão perigosos quanto os vírus das



doenças que aparecem nesta lista, porque ameaçam reverter o progresso alcançado no combate a doenças evitáveis por vacinação. Os pesquisadores têm alertado para o fato de que ao movimento antivacina pode ser imputado, em grande medida, o recente ressurgimento de doenças tais como

- (A) sarampo e poliomielite.
- (B) aids e esquistossomose.
- (C) raiva e dengue.
- (D) leishmaniose e doença de Chagas.
- (E) chikungunya e hanseníase.

(QUADRIX/CFBio/2018 - AGENTE ADMINISTRATIVO) O processo de degradação do quadro sanitário nacional é longo, lento, mas se mostra inexorável. O primeiro sintoma grave foi a volta do mosquito *Aedes aegypti*, muito depois de Oswaldo Cruz, no início do século XX, ter lançado uma campanha para sua erradicação e, por consequência, da febre amarela urbana. O mosquito trouxe de volta a dengue. Não se permite, impunemente, a ocupação desordenada das cidades e o falho saneamento básico. Da dengue passou-se para outras doenças, incluindo a zika. E agora surge uma enorme ameaça à população, principalmente às crianças, com a redução da cobertura de vacinas em níveis perigosos.

O Globo, 26/6/2018, p. 12 (com adaptações).

Tendo o fragmento de texto acima como referência inicial e considerando as múltiplas implicações do tema por ele abordado, julgue os itens:

4. Acredita-se que uma das razões para as centenas de casos de sarampo no Norte do Brasil, na atualidade, deve-se à entrada de venezuelanos sem imunização na região.
5. O texto sugere que a precariedade do saneamento básico favorece o surgimento de várias doenças evitáveis.
6. O Brasil não tem tradição de promover campanhas nacionais de vacinação em massa da população para a erradicação de doenças como a paralisia infantil (poliomielite).
7. A inexistência de um sistema público único de saúde impede que a maioria da população brasileira possa ser atendida gratuitamente em hospitais e postos de saúde.
8. Segundo o texto, as cidades brasileiras geralmente nascem e se desenvolvem de forma planejada, o que assegura boas condições sanitárias aos seus habitantes.
9. No Brasil, o combate ao mosquito transmissor da dengue e de outras doenças só se iniciou agora, no século XXI.
10. Sabe-se que o adequado tratamento da água e do esgoto evita o surgimento de muitas doenças.
11. Entre as terríveis sequelas da zika, está a má-formação cerebral de fetos.





GABARITO

1. B
2. A
3. A
4. C

5. C
6. E
7. E
8. E

9. E
10. C
11. C



LISTA DE QUESTÕES - VIOLÊNCIA E SEGURANÇA PÚBLICA – MULTIBANCAS

1. (QUADRIX/CRP-10/2022 – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) No Brasil, ainda não há lei com o objetivo de proteger a mulher vítima de violência.

(QUADRIX/CFT/2021 – JORNALISTA) O Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030 contou com ampla participação da sociedade civil, por meio de consulta pública, e foi formulado de acordo com os objetivos previstos pela Lei nº 13.675/2018, para o desenvolvimento da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social. O Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, com duração de dez anos, será estruturado em ciclos de implementação bienais. A dinâmica de implementação do Plano, por meio de ciclos bianuais, permite que o tema segurança pública possa ser abordado de acordo com o dinamismo que é peculiar ao tema.

Internet: <<https://www.gov.br>> (com adaptações).

Quanto ao cenário da segurança pública no Brasil, julgue os itens a seguir.

2. No Brasil, as mortes classificadas como homicídios, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte e as mortes em decorrência de intervenção policial, divulgadas por pesquisas de segurança pública, têm um maior quantitativo de vítimas nas pessoas jovens, negras e do sexo masculino.

3. Apesar de a lei do feminicídio tipificar esse tipo de assassinato de gênero como crime há mais de cinco anos, os dois últimos anos de pandemia do coronavírus contribuíram para a redução desse tipo de morte, já que retirou boa parte da população urbana de circulação nas ruas.

4. À medida que a Internet possibilita o acesso a mais dados e a agilidade, por logaritmo, nas transações bancárias, as fraudes e os golpes também tendem a crescer percentualmente e uma das causas pode ser creditada à falta de intimidade da população com os velozes avanços dos aplicativos e das ferramentas tecnológicas.

5. O aumento do número de armas oficialmente registradas nas mãos de civis no Brasil é diretamente proporcional à escalada da violência nos aglomerados subnormais dos grandes centros urbanos do País.

6. Em cidades que possuem sistemas eletrônicos e interligados, a implantação de boletins de ocorrência on-line acerca da violência doméstica agiliza o encaminhamento do registro policial para o Poder Judiciário.

7. (CEBRASPE/CBM-AL/2021 – ASPIRANTE) No Brasil, os lugares que são materialmente pobres ou que possuem fraca força política e social são mais vulneráveis ao acontecimento de mortes violentas, seja por conflitos relacionados ao tráfico de drogas, seja por ações policiais.

8. (CEBRASPE/PGE-PE/2019 – ANALISTA JUDICIÁRIO) A história do território brasileiro é, a um só tempo, una e diversa, pois é também a soma e a síntese das histórias de suas regiões. De um ponto de vista genético, as variáveis do espaço brasileiro são assíncronas, mas em cada lugar elas funcionam



sincronicamente e tendem a ser assim também quanto ao todo. Daí as discontinuidades que permitiram explicar as diversidades regionais.

Milton Santos e Maria Silveira. Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Record, 2005, p. 23 (com adaptações).

Tendo como referência o texto antecedente, julgue o item que se segue, acerca dos fenômenos políticos, econômicos e sociais atuais no Brasil.

Segundo órgão das Nações Unidas para os Direitos Humanos, o Brasil ocupa o quinto lugar no ranking mundial de feminicídio, termo que foi criado para designar o assassinato de mulheres e meninas por questões de gênero e que, embora se refira a ato individual, é encarado como uma manifestação de desarrajo social, uma vez que se associa a menosprezo ou a discriminação à condição feminina.

(CEBRASPE/PM AL/2018 – SOLDADO) A falta de segurança custa mais de R\$ 365 bilhões por ano ao Brasil. O valor equivale a 5,5% do produto interno bruto (PIB), calculado com base em dados oficiais de 2012 a 2016. Se dividida pela população, a conta seria de R\$ 1,8 mil para cada brasileiro ao ano. As despesas públicas anuais com segurança e sistema prisional somaram R\$ 101 bilhões, e os custos privados, R\$ 264 bilhões. A violência, porém, avançou.

O Globo, 1.º/7/2018, capa (com adaptações).

Tendo o fragmento de texto precedente como referência inicial e considerando a amplitude do tema por ele focalizado, julgue os itens seguintes.

- 9. Além de atingir física e emocionalmente as pessoas, a violência também causa graves prejuízos materiais ao país.**
- 10. Segundo o texto, o gasto da iniciativa privada com segurança foi mais que o dobro do gasto do Estado com segurança e sistema prisional.**
- 11. Na atualidade, os índices elevados de violência estão restritos às capitais dos estados brasileiros e aos grandes centros urbanos, não atingindo diretamente regiões interioranas.**
- 12. A ação de facções e grupos criminosos amplia consideravelmente os índices de violência e a sensação de insegurança coletiva.**
- 13. É cada vez menor a atuação do crime organizado em escala global devido, principalmente, ao êxito obtido pelos governos no combate ao tráfico de drogas ilícitas.**
- 14. (CESPE/PC MA/2018 – ESCRIVÃO E INVESTIGADOR DE POLÍCIA) Em 2017, houve uma série de rebeliões de detentos em Roraima, em Minas Gerais, em Santa Catarina, no Amazonas, no Paraná e no Rio Grande do Norte. Essas ocorrências demonstram a séria crise do sistema prisional brasileiro. A respeito desse assunto, julgue os itens a seguir.**

I A população carcerária brasileira é composta em sua totalidade por detentos que cumprem penas já sentenciadas pela justiça.



II Um dos problemas dos presídios brasileiros é a superlotação, resultante de políticas de segurança ineficazes e da falta de celeridade da justiça.

III As referidas rebeliões ocorreram devido às precárias condições e falhas do sistema carcerário, não guardando relação com disputas entre grupos do crime organizado de outras regiões do país.

IV Para assegurar o controle do sistema carcerário, a privatização ou terceirização dos presídios tem sido apresentada como opção para solucionar a atual crise desse sistema.

Estão certos apenas os itens

- a) I e III.
- b) II e IV.
- c) III e IV.
- d) I, II e III.
- e) I, II e IV.

15. (CESGRANRIO/LIQUIGÁS/2018 - PROFISSIONAL JÚNIOR CIÊNCIAS CONTÁBEIS) “Eu tenho o sonho de que meus quatro pequenos filhos viverão, um dia, numa nação onde não serão julgados pela cor da sua pele, mas pelo teor de seu caráter.” (...) Martin Luther King não solicitava o reconhecimento de identidades étnicas ou de direitos raciais. Ele exigia que os Estados Unidos aplicassem o princípio, contido nos seus documentos fundadores, segundo o qual “todos os seres humanos são criados iguais”.

MAGNOLI, D. E Ele não disse “África”. Disponível em:
<https://www.gazetadopovo.com.br/opiniaao/artigos/e-ele-nao-disse-africa-cb3ab573qw631s9gw8rbafcjy>. Acesso em: 22 mar. 2018. Adaptado.

No ano de 2018, o filme Pantera Negra tornou-se sucesso de bilheteria ao apresentar um elenco predominantemente negro e desenvolver um enredo que envolve a disputa entre o rei T’Challa, guardião do reino de Wakanda e defensor da igualdade entre indivíduos de todos os grupos étnicos no mundo, e seu primo, Erik Killmonger, que busca derrubar o rei e liderar uma luta armada global como solução para a opressão sofrida pelos negros ao longo da história. Em algumas críticas, T’Challa foi comparado a Martin Luther King e Erik a Malcolm X.

Levando-se em consideração a postura do rei T’Challa e a sentença nuclear do discurso de Martin Luther King, que postura um líder deve ter para atender às demandas reais dos diferentes grupos étnicos da sociedade brasileira?

- (A) Defender a igualdade entre indivíduos livres de todos os grupos étnicos e não um acordo político entre coletividades raciais distintas.
- (B) Ignorar completamente a barbárie ao redor do mundo, criando um reino fechado em si mesmo, evitando a violência.



- (C) Enxergar a rebelião e a violência como via de transformação da situação de opressão vivida pelo povo negro.
- (D) Estimular o rompimento com os países opressores, promovendo o estabelecimento de centros de assistência social para a comunidade negra.
- (E) Defender a bandeira da rebelião e da ruptura radical das instituições políticas.



1. E
2. C
3. E
4. C
5. E

6. C
7. C
8. C
9. C
10. C

11. E
12. C
13. E
14. B
15. A



LISTA DE QUESTÕES – EDUCAÇÃO BRASILEIRA – MULTIBANCAS

1. (VUNESP/EPC/2023) Um grande desafio do governo é a implementação do novo Ensino Médio, que será iniciada ainda este ano [2022]. Houve todo um preparo para essa implementação. Já foram investidos mais de R\$ 2 bilhões nessa mudança. Até o momento, não prevemos nenhuma alteração no cronograma.

(Agência Brasil. <https://bit.ly/3JWlpqe>. 28.04.2022)

Uma das mudanças trazidas pelo novo modelo de Ensino foi

- A) a introdução de duas línguas estrangeiras no currículo.
- B) a criação de área de estudos denominada Ciências Sociais Aplicadas.
- C) o aumento da carga horária para mil horas letivas anuais.
- D) a redução da flexibilidade curricular existente anteriormente.
- E) a carga horária híbrida com 40% de ensino à distância.

2. (CEBRASPE/TJ-SC/2023) Com relação ao papel da educação no desenvolvimento econômico e na consolidação da cidadania no Brasil, assinale a opção correta.

- A) O exercício da cidadania, cujo fortalecimento é um objetivo da educação, circunscreve-se às eleições.
- B) Com recentes investimentos financeiros do Estado, foi superado todo o problema da qualidade da educação básica brasileira.
- C) Educação básica de qualidade e inclusiva é fundamental para o aumento da produtividade econômica.
- D) Historicamente, o financiamento da educação básica é maior que o da educação superior, se considerado o número de matriculados.
- E) É pleno o atual domínio das instituições públicas no número de matrículas na educação superior, restando à iniciativa privada uma participação secundária.

3. (VUNESP/TJ-SP/2023) Com cartazes, estudantes realizaram na manhã desta quarta-feira (15) um ato pela revogação do Novo Ensino Médio. O protesto iniciou por volta das 9h no vão livre do Masp, na Avenida Paulista, e, às 10h, desceu para a Avenida Brigadeiro Luís Antônio. Depois, os estudantes seguiram destino para a Assembleia Legislativa de São Paulo. O Novo Ensino Médio, previsto numa lei aprovada em 2017, começou a ser implementado em 2022 em todo o país, nas escolas públicas e privadas, mas só se tornou obrigatório a partir deste ano.

(Disponível em <https://g1.globo.com>, 15.03.2023. Adaptado)



A respeito do Novo Ensino Médio e das reivindicações dos alunos, é correto afirmar que os

- (A) novos conteúdos são voltados para a área tecnológica e houve drástica redução da carga horária de disciplinas humanísticas.
- (B) estudantes querem que os professores façam cursos de reciclagem antes da implementação do novo modelo.
- (C) manifestantes exigem que as aulas sejam ministradas em tempo integral.
- (D) estudantes exigem que, após a implementação total do novo modelo, os alunos, ao terminarem o último ciclo, ingressem, sem exame vestibular, no curso superior de sua livre escolha.
- (E) conteúdos são divididos em áreas do conhecimento de maneira similar à que acontece no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).



- 1. C
- 2. C
- 3. E



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.